

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	58
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	75.577.842
Preferenciais	72.579.922
Total	148.157.764
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	14.781.296	13.757.792
1.01	Ativo Circulante	3.534.295	3.242.337
1.01.01	Disponibilidades	279.069	155.094
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	75.181	75.342
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	75.181	11.342
1.01.02.03	Aplicações em Operações Compromissadas	0	64.000
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	354.431	189.559
1.01.03.01	Carteira Própria	10.008	17.837
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	245.974	0
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	98.449	171.722
1.01.04	Relações Interfinanceiras	18.377	3.942
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	14.898	0
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central do Brasil	3.476	3.942
1.01.04.03	Correspondente	3	0
1.01.06	Operações de Crédito	1.984.998	1.775.658
1.01.06.01	Setor Privado	2.128.612	1.953.214
1.01.06.03	(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-143.614	-177.556
1.01.08	Outros Créditos	497.750	643.544
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	295.345	487.870
1.01.08.02	Rendas a Receber	8.965	11.071
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	54.371	18.892
1.01.08.04	Diversos	63.680	56.196
1.01.08.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.250	-18.148
1.01.08.06	Avais e Fianças Honradas	82.639	87.663
1.01.09	Outros Valores e Bens	324.489	399.198
1.01.09.01	Bens não de Uso Próprio	317.914	385.621
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	6.575	13.577
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.568.353	9.874.008
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.064	0
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.064	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	7.804.609	7.325.363
1.02.02.01	Carteira Própria	1.366.618	2.285.378
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.498.587	2.107.776
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	763.138	896.093
1.02.02.05	Vinculados a Compromissos de Recompra	4.176.266	2.036.116
1.02.05	Operações de Crédito	1.321.146	1.201.115
1.02.05.01	Setor Privado	1.396.374	1.303.493
1.02.05.03	(-) Provisão para Operações de Crédito com Liquidação Duvidosa	-75.228	-102.378
1.02.07	Outros Créditos	1.415.835	1.328.004
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	107.771	0
1.02.07.02	Rendas a Receber	6.725	9.532
1.02.07.03	Devedores por Depósito em Garantia	56.184	55.335
1.02.07.04	Diversos	1.245.180	1.263.162
1.02.07.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-25	-25

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.08	Outros Valores e Bens	23.699	19.526
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	23.699	19.526
1.03	Ativo Permanente	678.648	641.447
1.03.01	Investimentos	668.206	629.962
1.03.01.02	Participações em Controladas	667.732	629.488
1.03.01.04	Outros Investimentos	474	474
1.03.02	Imobilizado de Uso	8.076	8.948
1.03.02.01	Instalações, Móveis Equipamentos de Uso	21.603	21.603
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	5.017	5.081
1.03.02.03	(-) Depreciações Acumuladas	-18.544	-17.736
1.03.04	Intangível	2.366	2.537
1.03.04.01	Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.862	3.347
1.03.04.02	(-) Amortização Acumulada	-1.496	-810

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	14.781.296	13.757.792
2.01	Passivo Circulante	6.012.973	4.965.341
2.01.01	Depósitos	1.567.537	2.329.611
2.01.01.01	Depósitos à Vista	143.114	169.368
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	195.125	18.499
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	1.229.298	2.141.744
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	3.858.834	2.010.735
2.01.02.01	Carteira Própria	3.858.834	2.010.735
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	374.190	314.580
2.01.03.01	Recursos de letras de crédito imobiliário	109.616	84.717
2.01.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	202.260	175.701
2.01.03.03	Recursos de letras financeiras	62.314	54.162
2.01.04	Relações Interfinanceiras	481	293
2.01.04.01	Correspondentes	305	293
2.01.04.02	Recebimentos e pagamentos a liquidar	176	0
2.01.05	Relações Interdependências	11.121	782
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	11.121	782
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	5	5
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	5	5
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	7.554	8.642
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	33.467	36.398
2.01.09	Outras Obrigações	159.784	264.295
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	32.478	26.285
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	346	52
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	22.051	117.636
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	8.472	23.749
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	5.968	2.032
2.01.09.07	Provisão para Passivos Contingentes	70.821	0
2.01.09.08	Dívidas Subordinada	0	63.398
2.01.09.09	Outros	19.648	31.143
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.983.522	7.979.608
2.02.01	Depósitos	5.538.840	5.013.310
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	343.846	513.495
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	5.194.994	4.499.815
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	361.422	220.595
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	173.439	125.046
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	0	5.549
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	187.983	90.000
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	8.736	14.377
2.02.09	Outras Obrigações	2.074.524	2.731.326
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.719.177	2.408.164
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	199.018	193.556
2.02.09.03	Provisão para Passivos Contingentes	23.707	18.319
2.02.09.04	Dívida Subordinada	131.519	79.037
2.02.09.05	Outros	0	32.250

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.09.07	Carteira de Câmbio	1.103	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	13.548	20.149
2.05	Patrimônio Líquido	771.253	792.694
2.05.01	Capital Social Realizado	1.202.393	1.202.393
2.05.01.01	De Domiciliados no País	1.073.526	1.073.526
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	128.867	128.867
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-11.386	14.517
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-419.754	-424.216

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	253.050	685.882	146.779	500.402
3.01.01	Operações de Crédito	126.557	317.400	73.976	267.338
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	116.455	304.264	52.559	182.362
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-56.511	5.289	-10.973	-138.543
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	66.549	58.929	31.217	189.245
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-205.452	-563.796	-112.237	-364.201
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-210.537	-565.642	-115.777	-358.283
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-4.920	-10.404	-7.092	-53.574
3.02.03	Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.005	12.250	10.632	47.656
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	47.598	122.086	34.542	136.201
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-46.684	-133.490	-50.848	-186.110
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	9.076	24.719	11.627	26.591
3.04.02	Despesas de Pessoal	-22.981	-65.342	-20.031	-64.743
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-23.932	-64.890	-19.074	-64.530
3.04.04	Despesas Tributárias	-450	-5.661	-2.123	-4.090
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	3.584	9.521	3.355	13.039
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-10.267	-35.459	-21.027	-64.754
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-1.714	3.622	-3.575	-27.623
3.05	Resultado Operacional	914	-11.404	-16.306	-49.909
3.06	Resultado Não Operacional	7.159	25.573	700	5.235
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	8.073	14.169	-15.606	-44.674
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-3.716	-8.695	0	0
3.09	IR Diferido	1.312	6.323	6.245	36.067
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-2.990	-7.335	-1.875	-1.748
3.10.01	Participações	-2.990	-7.335	-1.875	-1.748
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	2.679	4.462	-11.236	-10.355
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,0181	0,0301	-0,07584	-0,06989

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	2.679	4.462	-11.236	-10.355
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.503	-25.903	-19.093	-16.008
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-11.984	-47.700	-35.166	-31.780
4.02.02	Hedges Fluxo de Caixa	0	1	0	-10
4.02.03	Outros Resultados Abrangentes	160	602	451	2.683
4.02.04	Imposto de Renda	5.321	21.194	15.622	13.099
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.824	-21.441	-30.329	-26.363

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.845	-66.378
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-23.394	-157.999
6.01.01.01	Prejuízo/Lucro Líquido do Período	4.462	-10.355
6.01.01.02	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-12.250	-47.656
6.01.01.03	Imposto Diferido	-6.323	-36.067
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	1.724	1.584
6.01.01.05	Provisão de Contingências	1.976	-2.205
6.01.01.06	Resultado de Participação em Controlada	-3.622	27.623
6.01.01.08	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalencia de caixa	-12.186	-91.510
6.01.01.09	Provisão para garantias financeiras prestadas	2.825	587
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	35.239	91.621
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-78.245	24.100
6.01.02.02	(Aumento) redução de Títulos e Valores Mobiliários	-1.352.483	-1.473.200
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operação de Crédito	-328.019	207.516
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros de Crédito	75.184	-285.922
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	70.536	18.973
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Relações Interfinanceiras e Interdependentes	-3.908	-5.156
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	-332	-280.601
6.01.02.08	(Aumento) Redução de Depósitos	-236.544	356.986
6.01.02.09	(Aumento) Redução de Operações Compromissadas	1.848.099	1.398.340
6.01.02.10	(Aumento) Redução de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	200.437	167.576
6.01.02.11	(Aumento) Redução de Obrigações por Empréstimos e Repasses	-9.660	-48.039
6.01.02.12	(Aumento) Redução de Outras Obrigações	-143.225	22.766
6.01.02.13	(Aumento) Redução de Resultado de Exercícios Futuros	-6.601	-11.718
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.303	-448
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Uso	-166	-166
6.02.03	Aplicações/Alienções no Intangível	-515	-282
6.02.07	Aumento de capital em controladas	-34.622	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	59.905	64.778
6.03.03	Juros Sobre o Capital Proprio e Dividendos Pagos	0	57.991
6.03.04	Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	59.905	6.787
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	12.186	91.510
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	48.633	89.462
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	230.436	84.568
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	279.069	174.030

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	0	0	1.202.393
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.462	0	4.462
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-26.235	-26.235
5.07.04	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	332	332
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-419.754	-11.386	771.253

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-10.355	0	-10.355
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-16.008	-16.008
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-17.484	-17.484
5.07.04	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.476	1.476
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-370.947	-16.754	814.692

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	722.486	528.169
7.01.01	Intermediação Financeira	685.882	500.402
7.01.02	Prestação de Serviços	24.719	26.591
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	12.250	47.656
7.01.04	Outras	-365	-46.480
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-576.046	-411.857
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.729	-51.793
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-267	-285
7.03.02	Serviços de Terceiros	-37.587	-32.674
7.03.04	Outros	-13.875	-18.834
7.04	Valor Adicionado Bruto	94.711	64.519
7.05	Retenções	-1.724	-1.584
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.724	-1.584
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	92.987	62.935
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.622	-27.623
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.622	-27.623
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	96.609	35.312
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	96.609	35.312
7.09.01	Pessoal	72.677	66.491
7.09.01.01	Remuneração Direta	41.477	41.375
7.09.01.02	Benefícios	9.299	9.262
7.09.01.03	F.G.T.S.	14.566	14.106
7.09.01.04	Outros	7.335	1.748
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.033	-31.977
7.09.02.01	Federais	6.823	-33.326
7.09.02.03	Municipais	1.210	1.349
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.437	11.153
7.09.03.01	Aluguéis	11.437	11.153
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.462	-10.355
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.462	-10.355

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco regional brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte quatro anos destaca-se por financiar e assessorar grandes e médias empresas. Seu propósito é “financiar rápido e servir bem milhares de empresas, em benefícios das pessoas”. A estratégia do Banco baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo o negócio e potencial envolvido, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas por meio de seus produtos, como serviços de conta corrente, capital de giro e rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade na oferta de serviços e produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade digital, características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

Por meio de soluções ágeis e funcionais que facilitam o dia-a-dia dos clientes, o Banco Pine se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios, atendendo grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$50 milhões classificados em dois segmentos:

GRANDES EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 500 milhões

EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual de até R\$ 500 milhões

O Banco segue em constante evolução e investindo cada vez mais na sua transformação digital, determinado a aperfeiçoar os processos e reduzir a burocracia, proporcionando sempre a melhor experiência aos clientes e um ambiente de trabalho que promova a integração entre os times, e mais agilidade em suas atividades.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica no terceiro trimestre de 2021 (3T21) desacelerou consideravelmente em relação ao 2T21 e também ante o 3T20. A exceção fica com o setor de serviços, já que sua recuperação anual começou tardiamente em relação aos outros dois segmentos – apenas no 2T21.

Há algumas forças fundamentais que explicam isso: no âmbito da indústria, a continuidade dos custos elevados e da falta de insumos mitiga a recuperação trimestral mais pronunciada. **A disrupção na cadeia de oferta global de insumos industriais, principalmente semicondutores, e a alta volatilidade cambial aumentaram os custos unitários na indústria em geral.** Particularmente, a indústria manufatureira e de construção civil são os segmentos mais afetados pela alta de custos, fazendo com que as suas performances esperadas no terceiro trimestre tenham sido piores do que o da indústria extrativa. No setor varejista, por sua vez, a lenta absorção de mão de obra na economia como um todo e a consequente persistência da taxa de desemprego (dessazonalizada) em 15% vêm mantendo a renda real agregada (descontada a inflação) em patamares relativamente baixos, limitando a recuperação mais forte das vendas do comércio varejista. Finalmente, no setor de serviços, o retorno mais intenso da mobilidade social trouxe o aquecimento mais forte do setor no 3T21, a despeito dos fatores mencionados anteriormente impedirem o crescimento mais rápido do setor.

Além dos fatores descritos acima, a aceleração inflacionária que levou o IPCA a 10,35% (acumulado em 12 meses) no final do 3T21 incentivou o Comitê de Política Monetária (Copom) a majorar a Selic para 6,25%. Ao mesmo tempo, a piora das projeções de inflação para 2021 (9,2%) e 2022 (4,25%) endureceu o discurso da autoridade monetária sobre a alta da Selic em 2021 e 2022 e empurrou as expectativas para a Selic rumo a 9,25% no final do ano e ao intervalo entre 10,75% e 11,25% em março de 2022. **Portanto, o entorno econômico caracterizado por inflação elevada, instabilidade fiscal e significativa alta da Selic marca as perspectivas para o 4T21 e o 1T22.**

Em geral, a elevada inflação brasileira no 3T21 e as sua perspectiva de persistente alta no 4T21 são puxadas pela alta variação anual dos bens industriais (por crescimento de custos), agropecuários (influenciados pelo choque de oferta associado à crise hídrica) e administrados pelo governo (determinados pela crise hídrica, pela consequente elevação da tarifa de energia elétrica e pela alta dos preços dos combustíveis). **A deterioração das projeções de inflação em 2021 já contamina as expectativas de inflação em 2022**, que estão em 4,2%, acima da meta de 3,5% do ano que vem. Adicionalmente, o aumento da mobilidade social no 4T21 e no 1T22 propicia o ambiente necessário para a aceleração da inflação de serviços, que encerrou o 3T21 relativamente mais alta e em trajetória de recuperação. Portanto, a retomada da inflação de serviços no 4T21 e no 1T22 deixa mais complicado o IPCA, e contribui para a deterioração das projeções do índice para 2022.

Neste contexto, o Copom elevou a taxa Selic em 1% por reunião ao longo do trimestre passado, levando-a para 6,25% em setembro em relação a 4,25% em junho, acelerando o ritmo de alta da taxa em relação aos 0,75% por reunião até março e prometendo a elevação de 1,5% (por reunião) em outubro e dezembro. A intenção do comitê, portanto, aponta

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



para a Selic no final do ano em 9,25% com o objetivo, principalmente, de manter a inflação de 2022 em linha com o centro da meta de 3,5% para o IPCA. **A alta inflação em 2021 limita o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, contribuindo para que o PIB anual feche em 4,8% no ano e 1% em 2022 ante -4,1% em 2020.**

Finalmente, no âmbito das contas públicas federais, o impulso fiscal por meio da renovação do auxílio emergencial no trimestre passado e, eventualmente, no 4T21, bem como o aumento do benefício do programa Auxílio Brasil para R\$400,00 por família, podendo abranger o total de 17 milhões de famílias, contribuem para a elevação da curva de juros futuros e para o Real desvalorizado, perto de 5,50/US\$. O novo Bolsa Família, intitulado Auxílio Brasil, implica a elevação do teto de gastos no ano que vem em R\$53 bilhões em relação ao limite máximo estipulado em junho passado no montante de R\$1,61 trilhão. A mudança de regra de despesas abala a âncora fiscal criada por meio da regra do teto de gastos em 2016 e contribui para manter a dívida bruta do setor público acima de 85% em 2021 e 80% em 2022. **Estas perspectivas elevam os juros futuros longos – ou seja, os vencidos acima de janeiro 2025 – para patamares entre 11,5% e 12%, prejudicando a perenidade do crédito privado de longo prazo, a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes, e a intenção do Bacen em manter Selic abaixo de 7% no final de 2022.**

A Selic perto de 6% em 2022 e 2023 é importante para manter estável a tendência da inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado (entre 1,5% e 2%), e para preservar o crédito PJ com recursos privados destinados acima de 14% do PIB. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 2% em 2022 e 2023.

O sucesso na redução do déficit primário do setor público e o respeito ao teto de gastos são as principais condições para que os juros futuros de longo prazo diminuam do intervalo atual de 11% a 12% para 7,5% a 8%, permitindo a perenidade do crédito privado.

2. DESEMPENHO

RESULTADOS (R\$ Milhões)	9M20	9M21	Varição Δ 9M20
Margem financeira bruta	103,8	107,5	3,6%
Custo de crédito	(11,2)	(9,4)	(16,2%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	32,1	29,4	(8,4%)
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(131,3)	(140,2)	6,7%
Resultado operacional	(16,3)	(17,7)	9,1%
Lucro (prejuízo) líquido Recorrente	(8,5)	4,6	-

Os percentuais de aumento ou diminuição nesta seção referem-se à comparação entre o acumulado do ano de 2021 (9M21) em relação ao mesmo período de 2020 (9M20).

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. Além dos critérios gerenciais, desde o 4T20 passamos a considerar os efeitos de itens extraordinários no resultado, demonstrando o lucro líquido ajustado por eventos não recorrentes. **Para mais informações, acesse o Relatório de Análise do Resultado do 3T21 disponível no site de RI.**

- A Margem Financeira Bruta somou R\$107,5 milhões no 9M21, aumento de 3,6% na comparação com 9M20.
- No 9M21, o Custo do Crédito apresentou uma redução de 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrente, principalmente, do maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo, e pela redução do risco de alguns clientes do Grandes Empresas, efeitos parcialmente neutralizados pela maior despesa com *impairments* de TVMs.
- As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 8,4% em relação ao 9M20, principalmente com comissão de fianças, decorrente da estratégia do Banco em atuar de maneira mais seletiva nesse produto.
- Aumento no patamar de despesas de pessoal e administrativas na comparação com o 9M20, principalmente com remunerações e encargos, impactados pelo acordo coletivo aplicado sobre a base salarial em setembro de 2021.
- O resultado recorrente gerencial totalizou R\$4,6 milhões no 9M21, comparado a R\$-8,5 milhões no 9M20.
- › A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$4,2 bilhões em setembro de 2021, crescimento de 25,8% nos últimos 12 meses, sendo: (i) 16,3% no segmento de Grandes Empresas; (ii) 44,5% no segmento de Empresas;
- Na comparação com o 3T20 houve crescimento de 27% na originação de crédito, que totalizou R\$1,1 bilhão.

Comentário de Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias. Os créditos classificados entre os ratings AA-C representavam 91,9% da carteira de crédito ao final de setembro de 2021, ante 86,5% em setembro de 2020.
- O total de captação atingiu R\$8,0 bilhões em setembro de 2021, apresentando um aumento de 11,6% em 12 meses. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$1,5 bilhão.
- Índice de Basileia encerrou setembro de 2021 em 10,5%, sendo 9,0% de Capital Nível I.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. Segue abaixo os *ratings* vigentes da agência Fitch.

	Local	Global	Soberano
FitchRatings	BB+	B-	BB-

4. RECURSOS HUMANOS

Financiar rápido e servir bem milhares de empresas em benefício das pessoas. Este é o propósito que motiva o Banco Pine a fazer a diferença no mercado financeiro brasileiro. Em tempos exponenciais, em que o mundo digital nos transforma, o Banco acredita que as pessoas são os principais agentes de um processo transformação, sendo assim, responsáveis diretos pelo sucesso do Banco.

Para disseminar este propósito e estas crenças, o Banco Pine criou o “**Pine Pulsa**”, o seu manifesto cultural, expresso por meio dos valores que acredita serem fundamentais na prática do dia a dia dos seus colaboradores: **Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos.**

Em 2021, atualizamos nossa estratégia de competências, atualizando o direcionamento comportamental diante as novas necessidades do mercado e ao novo momento do Banco. As novas competências direcionadoras são: **Mindset Digital e análise de Dados; Análise Crítica; Protagonismo; Planejamento e Execução; Entrega Sistemática de Resultados Sustentáveis; Orientação para Serviços; Processos; Posicionamento; Resiliência; Empatia; e Autoconhecimento.**

O Banco acredita que a Cultura é fortemente disseminada por meio do exemplo dos líderes, por isso periodicamente orientamos a liderança a praticar em suas reuniões de equipe a escuta ativa, a disseminação de informações organizacionais relevantes e a prática de dinâmicas e atividades para manter o grupo unido e um bom clima de trabalho. Com intuito de disseminar a estratégia e disseminar a estratégia do Banco, temos uma metodologia de avaliação de desempenho que contempla os objetivos de negócio, os objetivos individuais e as novas competências. A composição destes três pilares de avaliação, compõem a nota dos colaboradores.

Neste ano de 2021 o Banco aplicou pesquisas para sentir o clima organizacional e atuar tempestivamente em questões específicas pontuadas pelos colaboradores. Realizamos reuniões com grupos para explorar o aspecto qualitativo do diagnóstico e esses insumos se tornaram plano de ação para promover a melhoria contínua do clima organizacional. Ainda vivenciando a situação de pandemia, as áreas continuam atuando de maneira híbrida com parte reduzida dos colaboradores atuando no escritório e a maior parte das pessoas atuando em home office. O time de tecnologia do Banco desenvolveu um aplicativo exclusivo aos funcionários que permite a reserva do espaço do trabalho no escritório, garantindo o controle prévio da ocupação, mantendo a segurança e o distanciamento social entre os times. Os planos de expansão da atuação presencial acompanham os avanços da campanha nacional de imunização, para que as pessoas se sintam cada vez mais seguras neste retorno, afinal, a preservação da saúde e o bem-estar dos colaboradores seguem como prioridade.

O processo de comunicação e educação corporativa continua adaptado para capacitar líderes e colaboradores em sua atuação durante a pandemia. Além disso, o tema ‘bem-estar’ estava na pauta ao longo de todo o período, trazendo orientações e dicas sobre cuidados da saúde em diversos aspectos, inclusive com a elaboração da campanha de vacinação contra gripe. Oferecemos semanalmente sessões de *Mindfulness* para contribuir para um maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Para fomentar a capacitação contínua, mantemos uma agenda recorrente de *workshops* Colaborativos, Programas de Desenvolvimento da Liderança, *workshop* sobre as novas competências do Banco, Programas de Integração, dentre outros.

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Nos temas de Responsabilidade Social, o Banco Pine estabeleceu e seguiu com a parceira junto a duas organizações: **Instituição Assistencial Lar das Bênçãos**, participando ativamente da campanha de doação de itens para famílias carentes; e **Instituto Reciclar**, renovando a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Pine possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo Banco, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS; e
- › Instalação de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere. O Banco entende que a gestão de aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG, na sigla em inglês) é essencial para o seu crescimento e a perenidade, gerando e compartilhando valor entre acionistas, funcionários, fornecedores, clientes e a sociedade. Com isso, o Banco criou em 2020 uma comissão específica para estudar estratégias e avaliar todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema. Estas questões já eram consideradas no planejamento estratégico, no entanto a intenção é aprofundar a compreensão dos impactos desse tema, uma vez que é essencial e muito relevante para a perenidade dos negócios. Com isso, a Comissão ESG do Banco preparou e ministrou um *workshop* colaborativo para todos os colaboradores e fornecedores com o intuito de mostrar (i) como as práticas ESG fazem parte do mundo corporativo e na vida das pessoas; (ii) como essa temática está influenciando diretamente o sistema financeiro; (iii) como as ações diárias tem impacto direto no mundo e na transformação social.

Com relação ao Covid-19, continuamos engajados no combate à pandemia, empreendendo e apoiando ações como doação de alimentos; reforço de medidas sanitárias e de distanciamento para proteção dos nossos funcionários e clientes, além da criação de soluções financeiras adequadas ao momento individual dos nossos clientes, mantendo-os no centro de nossa estratégia de atuação.

Já a base acionária do Banco encerrou setembro de 2021 com 16.990 acionistas, redução de 7,6% nos últimos 12 meses, e seu valor de mercado somou R\$281,5 milhões.

BACEN – Resolução nº 3.068

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01 do Bacen, o Banco Pine declara ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$5.103,9 milhões, representando 77,4% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em setembro de 2021.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a setembro de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração iniciou 2021 confiante em sua operação, mesmo diante da prolongada pandemia que aflige o mundo. O Banco entende a sua relevância junto aos seus clientes e ao mercado, e entende a importância de se reinventar, contribuindo para a continuidade da economia do país. Os resultados apresentados no terceiro trimestre de 2021 reafirmam o compromisso e as assertivas estratégias que foram adotadas nos últimos trimestres para gerar valor aos *stakeholders*, buscando atingir com eficiência e qualidade nos produtos, serviços e soluções. A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho.

A Administração

Notas Explicativas**Demonstrações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas**

Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Banco Pine S.A.**30 de setembro de 2021**

Notas Explicativas



Índice	Página
Relatório do Auditor Independente.....	1
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	4
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	5
Relatório da Administração.....	6
Balanco Patrimonial.....	10
Demonstração do Resultado.....	11
Demonstração do Resultado Abrangente.....	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	16
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	14
Demonstração do Valor Adicionado.....	16
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	17
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	17
3. Principais Práticas Contábeis.....	17
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	21
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	21
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	22
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	26
8. Outros Ativos Financeiros.....	27
9. Ativos Fiscais.....	28
10. Investimentos.....	29
11. Outros Ativos.....	29
12. Imobilizado de Uso.....	29
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	30
14. Dívida Subordinada.....	30
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	31
16. Outros Passivos.....	31
17. Patrimônio Líquido.....	32
18. Demonstração de Resultado.....	32
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	33
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	34
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	35
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	35
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	35
24. Operações Ativas Vinculadas.....	38
25. Outras Informações.....	38
26. Outros Assuntos.....	39

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2021 e relatório de revisão

Notas Explicativas

**Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Pine S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo nessa data e dos fluxos de caixa para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de setembro de 2021, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo nessa data e dos fluxos de caixa para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de novembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Instituição, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Intermediárias, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

São Paulo, 08 de novembro de 2021.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Carlos Eduardo Tyba
Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luis Patricio
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Instituição, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Intermediárias, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras Intermediárias"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 08 de novembro de 2021.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Carlos Eduardo Tyba
Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luis Patricio
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos

Notas Explicativas E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco regional brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte quatro anos destaca-se por financiar e assessorar grandes e médias empresas. Seu propósito é “financiar rápido e servir bem milhares de empresas, em benefícios das pessoas”. A estratégia do Banco baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo o negócio e potencial envolvido, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas por meio de seus produtos, como serviços de conta corrente, capital de giro e rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade na oferta de serviços e produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade digital, características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

Por meio de soluções ágeis e funcionais que facilitam o dia-a-dia dos clientes, o Banco Pine se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios, atendendo grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 50 milhões classificados em dois segmentos:

GRANDES EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 500 milhões

EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual de até R\$ 500 milhões

O Banco segue em constante evolução e investindo cada vez mais na sua transformação digital, determinado a aperfeiçoar os processos e reduzir a burocracia, proporcionando sempre a melhor experiência aos clientes e um ambiente de trabalho que promova a integração entre os times, e mais agilidade em suas atividades.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A atividade econômica no terceiro trimestre de 2021 (3T21) desacelerou consideravelmente em relação ao 2T21 e também ante o 3T20. A exceção fica com o setor de serviços, já que sua recuperação anual começou tardiamente em relação aos outros dois segmentos – apenas no 2T21.

Há algumas forças fundamentais que explicam isso: no âmbito da indústria, a continuidade dos custos elevados e da falta de insumos mitiga a recuperação trimestral mais pronunciada. **A disrupção na cadeia de oferta global de insumos industriais, principalmente semicondutores, e a alta volatilidade cambial aumentaram os custos unitários na indústria em geral.** Particularmente, a indústria manufatureira e de construção civil são os segmentos mais afetados pela alta de custos, fazendo com que as suas performances esperadas no terceiro trimestre tenham sido piores do que o da indústria extrativa. No setor varejista, por sua vez, a lenta absorção de mão de obra na economia como um todo e a consequente persistência da taxa de desemprego (dessazonalizada) em 15% vêm mantendo a renda real agregada (descontada a inflação) em patamares relativamente baixos, limitando a recuperação mais forte das vendas do comércio varejista. Finalmente, no setor de serviços, o retorno mais intenso da mobilidade social trouxe o aquecimento mais forte do setor no 3T21, a despeito dos fatores mencionados anteriormente impedirem o crescimento mais rápido do setor.

Além dos fatores descritos acima, a aceleração inflacionária que levou o IPCA a 10,35% (acumulado em 12 meses) no final do 3T21 incentivou o Comitê de Política Monetária (Copom) a majorar a Selic para 6,25%. Ao mesmo tempo, a piora das projeções de inflação para 2021 (9,2%) e 2022 (4,25%) endureceu o discurso da autoridade monetária sobre a alta da Selic em 2021 e 2022 e empurrou as expectativas para a Selic rumo a 9,25% no final do ano e ao intervalo entre 10,75% e 11,25% em março de 2022. **Portanto, o entorno econômico caracterizado por inflação elevada, instabilidade fiscal e significativa alta da Selic marca as perspectivas para o 4T21 e o 1T22.**

Em geral, a elevada inflação brasileira no 3T21 e as sua perspectiva de persistente alta no 4T21 são puxadas pela alta variação anual dos bens industriais (por crescimento de custos), agropecuários (influenciados pelo choque de oferta associado à crise hídrica) e administrados pelo governo (determinados pela crise hídrica, pela consequente elevação da tarifa de energia elétrica e pela alta dos preços dos combustíveis). **A deterioração das projeções de inflação em 2021 já contamina as expectativas de inflação em 2022**, que estão em 4,2%, acima da meta de 3,5% do ano que vem. Adicionalmente, o aumento da mobilidade social no 4T21 e no 1T22 propicia o ambiente necessário para a aceleração da inflação de serviços, que encerrou o 3T21 relativamente mais alta e em trajetória de recuperação. Portanto, a retomada da inflação de serviços no 4T21 e no 1T22 deixa mais complicado o IPCA, e contribui para a deterioração das projeções do índice para 2022.

Neste contexto, o Copom elevou a taxa Selic em 1% por reunião ao longo do trimestre passado, levando-a para 6,25% em setembro em relação a 4,25% em junho, acelerando o ritmo de alta da taxa em relação aos 0,75% por reunião até março e prometendo a elevação de 1,5% (por reunião) em outubro e dezembro. A intenção do comitê, portanto, aponta

Notas Explicativas E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



para a Selic no final do ano em 9,25% com o objetivo, principalmente, de manter a inflação de 2022 em linha com o centro da meta de 3,5% para o IPCA. **A alta inflação em 2021 limita o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, contribuindo para que o PIB anual feche em 4,8% no ano e 1% em 2022 ante -4,1% em 2020.**

Finalmente, no âmbito das contas públicas federais, o impulso fiscal por meio da renovação do auxílio emergencial no trimestre passado e, eventualmente, no 4T21, bem como o aumento do benefício do programa Auxílio Brasil para R\$ 400,00 por família, podendo abranger o total de 17 milhões de famílias, contribuem para a elevação da curva de juros futuros e para o Real desvalorizado, perto de 5,50/US\$. O novo Bolsa Família, intitulado Auxílio Brasil, implica a elevação do teto de gastos no ano que vem em R\$ 53 bilhões em relação ao limite máximo estipulado em junho passado no montante de R\$ 1,61 trilhão. A mudança de regra de despesas abala a âncora fiscal criada por meio da regra do teto de gastos em 2016 e contribui para manter a dívida bruta do setor público acima de 85% em 2021 e 80% em 2022. **Estas perspectivas elevam os juros futuros longos – ou seja, os vencidos acima de janeiro 2025 – para patamares entre 11,5% e 12%, prejudicando a perenidade do crédito privado de longo prazo, a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes, e a intenção do Bacen em manter Selic abaixo de 7% no final de 2022.**

A Selic perto de 6% em 2022 e 2023 é importante para manter estável a tendência da inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado (entre 1,5% e 2%), e para preservar o crédito PJ com recursos privados destinados acima de 14% do PIB. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 2% em 2022 e 2023.

O sucesso na redução do déficit primário do setor público e o respeito ao teto de gastos são as principais condições para que os juros futuros de longo prazo diminuam do intervalo atual de 11% a 12% para 7,5% a 8%, permitindo a perenidade do crédito privado.

2. DESEMPENHO

RESULTADOS (R\$ Milhões)	9M20	9M21	Variação Δ 9M20
Margem financeira bruta	103,8	107,5	3,6%
Custo de crédito	(11,2)	(9,4)	(16,2%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	32,1	29,4	(8,4%)
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(131,3)	(140,2)	6,7%
Resultado operacional	(16,3)	(17,7)	9,1%
Lucro (prejuízo) líquido Recorrente	(8,5)	4,6	-

Os percentuais de aumento ou diminuição nesta seção referem-se à comparação entre o acumulado do ano de 2021 (9M21) em relação ao mesmo período de 2020 (9M20).

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. Além dos critérios gerenciais, desde o 4T20 passamos a considerar os efeitos de itens extraordinários no resultado, demonstrando o lucro líquido ajustado por eventos não recorrentes. **Para mais informações, acesse o Relatório de Análise do Resultado do 3T21 disponível no site de RI.**

- A Margem Financeira Bruta somou R\$ 107,5 milhões no 9M21, aumento de 3,6% na comparação com 9M20.
- No 9M21, o Custo do Crédito apresentou uma redução de 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrente, principalmente, do maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo, e pela redução do risco de alguns clientes do Grandes Empresas, efeitos parcialmente neutralizados pela maior despesa com *impairments* de TVMs.
- As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 8,4% em relação ao 9M20, principalmente com comissão de fianças, decorrente da estratégia do Banco em atuar de maneira mais seletiva nesse produto.
- Aumento no patamar de despesas de pessoal e administrativas na comparação com o 9M20, principalmente com remunerações e encargos, impactados pelo acordo coletivo aplicado sobre a base salarial em setembro de 2021.
- O resultado recorrente gerencial totalizou R\$ 4,6 milhões no 9M21, comparado a R\$ -8,5 milhões no 9M20.
- › A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$ 4,2 bilhões em setembro de 2021, crescimento de 25,8% nos últimos 12 meses, sendo: (i) 16,3% no segmento de Grandes Empresas; (ii) 44,5% no segmento de Empresas;
- Na comparação com o 3T20 houve crescimento de 27% na originação de crédito, que totalizou R\$ 1,1 bilhão.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias. Os créditos classificados entre os ratings AA-C representavam 91,9% da carteira de crédito ao final de setembro de 2021, ante 86,5% em setembro de 2020.
- O total de captação atingiu R\$ 8,0 bilhões em setembro de 2021, apresentando um aumento de 11,6% em 12 meses. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$ 1,5 bilhão.
- Índice de Basileia encerrou setembro de 2021 em 10,5%, sendo 9,0% de Capital Nível I.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. Segue abaixo os *ratings* vigentes da agência Fitch.

	Local	Global	Soberano
	BB+	B-	BB-

4. RECURSOS HUMANOS

Financiar rápido e servir bem milhares de empresas em benefício das pessoas. Este é o propósito que motiva o Banco Pine a fazer a diferença no mercado financeiro brasileiro. Em tempos exponenciais, em que o mundo digital nos transforma, o Banco acredita que as pessoas são os principais agentes de um processo transformação, sendo assim, responsáveis diretos pelo sucesso do Banco.

Para disseminar este propósito e estas crenças, o Banco Pine criou o “**Pine Pulsa**”, o seu manifesto cultural, expresso por meio dos valores que acredita serem fundamentais na prática do dia a dia dos seus colaboradores: **Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos.**

Em 2021, atualizamos nossa estratégia de competências, atualizando o direcionamento comportamental diante as novas necessidades do mercado e ao novo momento do Banco. As novas competências direcionadoras são: **Mindset Digital e análise de Dados; Análise Crítica; Protagonismo; Planejamento e Execução; Entrega Sistemática de Resultados Sustentáveis; Orientação para Serviços; Processos; Posicionamento; Resiliência; Empatia; e Autoconhecimento.**

O Banco acredita que a Cultura é fortemente disseminada por meio do exemplo dos líderes, por isso periodicamente orientamos a liderança a praticar em suas reuniões de equipe a escuta ativa, a disseminação de informações organizacionais relevantes e a prática de dinâmicas e atividades para manter o grupo unido e um bom clima de trabalho. Com intuito de disseminar a estratégia e disseminar a estratégia do Banco, temos uma metodologia de avaliação de desempenho que contempla os objetivos de negócio, os objetivos individuais e as novas competências. A composição destes três pilares de avaliação, compõem a nota dos colaboradores.

Neste ano de 2021 o Banco aplicou pesquisas para sentir o clima organizacional e atuar tempestivamente em questões específicas pontuadas pelos colaboradores. Realizamos reuniões com grupos para explorar o aspecto qualitativo do diagnóstico e esses insumos se tornaram plano de ação para promover a melhoria contínua do clima organizacional. Ainda vivenciando a situação de pandemia, as áreas continuam atuando de maneira híbrida com parte reduzida dos colaboradores atuando no escritório e a maior parte das pessoas atuando em home office. O time de tecnologia do Banco desenvolveu um aplicativo exclusivo aos funcionários que permite a reserva do espaço do trabalho no escritório, garantindo o controle prévio da ocupação, mantendo a segurança e o distanciamento social entre os times. Os planos de expansão da atuação presencial acompanham os avanços da campanha nacional de imunização, para que as pessoas se sintam cada vez mais seguras neste retorno, afinal, a preservação da saúde e o bem-estar dos colaboradores seguem como prioridade.

O processo de comunicação e educação corporativa continua adaptado para capacitar líderes e colaboradores em sua atuação durante a pandemia. Além disso, o tema ‘bem-estar’ estava na pauta ao longo de todo o período, trazendo orientações e dicas sobre cuidados da saúde em diversos aspectos, inclusive com a elaboração da campanha de vacinação contra gripe. Oferecemos semanalmente sessões de *Mindfulness* para contribuir para um maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Para fomentar a capacitação contínua, mantemos uma agenda recorrente de *workshops* Colaborativos, Programas de Desenvolvimento da Liderança, *workshop* sobre as novas competências do Banco, Programas de Integração, dentre outros.

Notas Explicativas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Nos temas de Responsabilidade Social, o Banco Pine estabeleceu parceria com a parceira junto a duas organizações: **Instituição Assistencial Lar das Bênçãos**, participando ativamente da campanha de doação de itens para famílias carentes; e **Instituto Reciclar**, renovando a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Pine possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo Banco, estão:

- › Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- › Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- › 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- › Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- › Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS; e
- › Instalação de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere. O Banco entende que a gestão de aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG, na sigla em inglês) é essencial para o seu crescimento e a perenidade, gerando e compartilhando valor entre acionistas, funcionários, fornecedores, clientes e a sociedade. Com isso, o Banco criou em 2020 uma comissão específica para estudar estratégias e avaliar todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema. Estas questões já eram consideradas no planejamento estratégico, no entanto a intenção é aprofundar a compreensão dos impactos desse tema, uma vez que é essencial e muito relevante para a perenidade dos negócios. Com isso, a Comissão ESG do Banco preparou e ministrou um *workshop* colaborativo para todos os colaboradores e fornecedores com o intuito de mostrar (i) como as práticas ESG fazem parte do mundo corporativo e na vida das pessoas; (ii) como essa temática está influenciando diretamente o sistema financeiro; (iii) como as ações diárias tem impacto direto no mundo e na transformação social.

Com relação ao Covid-19, continuamos engajados no combate à pandemia, empreendendo e apoiando ações como doação de alimentos; reforço de medidas sanitárias e de distanciamento para proteção dos nossos funcionários e clientes, além da criação de soluções financeiras adequadas ao momento individual dos nossos clientes, mantendo-os no centro de nossa estratégia de atuação.

Já a base acionária do Banco encerrou setembro de 2021 com 16.990 acionistas, redução de 7,6% nos últimos 12 meses, e seu valor de mercado somou R\$ 281,5 milhões.

BACEN – Resolução nº 3.068

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01 do Bacen, o Banco Pine declara ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 5.103,9 milhões, representando 77,4% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em setembro de 2021.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a setembro de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração iniciou 2021 confiante em sua operação, mesmo diante da prolongada pandemia que aflige o mundo. O Banco entende a sua relevância junto aos seus clientes e ao mercado, e entende a importância de se reinventar, contribuindo para a continuidade da economia do país. Os resultados apresentados no terceiro trimestre de 2021 reafirmam o compromisso e as assertivas estratégias que foram adotadas nos últimos trimestres para gerar valor aos *stakeholders*, buscando atingir com eficiência e qualidade nos produtos, serviços e soluções. A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho.

A Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	279.069	155.094	279.070	155.095
Ativos financeiros		12.692.963	11.827.957	13.210.367	12.321.914
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	78.245	75.342	78.245	75.342
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.562.004	5.235.424	6.574.710	5.235.424
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.597.036	2.279.498	1.597.036	2.279.498
Operações de crédito	7	3.524.986	3.256.707	3.524.986	3.256.707
Outros ativos financeiros	8	930.692	980.986	1.435.390	1.474.943
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(226.117)	(298.107)	(226.117)	(298.107)
(-) Operações de crédito e outros créditos		(226.117)	(298.107)	(226.117)	(298.107)
Ativos fiscais	9.a	1.008.545	1.012.677	1.009.332	1.014.679
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	668.206	629.962	474	474
Outros ativos	11	348.188	418.724	438.609	490.994
Imobilizado de uso	12	26.620	26.684	26.620	26.684
Intangível		3.862	3.347	3.862	3.347
(-) Depreciação e amortização		(20.040)	(18.546)	(20.040)	(18.546)
(-) Imobilizado de uso	12	(18.544)	(17.736)	(18.544)	(17.736)
(-) Intangível		(1.496)	(810)	(1.496)	(810)
TOTAL DO ATIVO		14.781.296	13.757.792	14.722.177	13.696.534
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		13.716.182	12.526.212	13.648.545	12.457.295
Depósitos	13.a	7.106.377	7.342.921	7.038.740	7.274.004
Captações no mercado aberto	13.b	3.858.834	2.010.735	3.858.834	2.010.735
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	735.612	535.175	735.612	535.175
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	49.762	59.422	49.762	59.422
Dívida subordinada	14	202.340	142.435	202.340	142.435
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.751.655	2.434.449	1.751.655	2.434.449
Outros passivos financeiros		11.602	1.075	11.602	1.075
Provisões	15	23.707	18.319	23.707	18.319
Outros passivos	16	270.154	420.567	278.673	428.226
TOTAL DO PASSIVO		14.010.043	12.965.098	13.950.925	12.903.840
Patrimônio líquido	17	771.253	792.694	771.252	792.694
Capital social		1.202.393	1.202.393	1.202.393	1.202.393
De domiciliados no país		1.073.526	1.073.526	1.073.526	1.073.526
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(11.386)	14.517	(11.519)	14.517
Prejuízos acumulados		(419.754)	(424.216)	(419.622)	(424.216)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	771.253	792.694	771.252	792.694
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.781.296	13.757.792	14.722.177	13.696.534

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Individual				Consolidado			
		3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		253.050	685.882	146.779	500.402	253.343	686.175	146.779	500.420
Operações de crédito	18.a	126.557	317.400	73.976	267.338	126.557	317.400	73.976	267.338
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	116.455	304.264	52.559	182.362	116.748	304.557	52.559	182.380
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(56.511)	5.289	(10.973)	(138.543)	(56.511)	5.289	(10.973)	(138.543)
Resultado de operações de câmbio		66.549	58.929	31.217	189.245	66.549	58.929	31.217	189.245
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(205.452)	(563.796)	(112.237)	(364.201)	(204.952)	(562.654)	(111.725)	(361.901)
Operações de captação no mercado	18.b	(210.537)	(565.642)	(115.777)	(358.283)	(210.037)	(564.500)	(115.265)	(355.983)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(4.920)	(10.404)	(7.092)	(53.574)	(4.920)	(10.404)	(7.092)	(53.574)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	10.005	12.250	10.632	47.656	10.005	12.250	10.632	47.656
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		47.598	122.086	34.542	136.201	48.391	123.521	35.054	138.519
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(46.684)	(133.490)	(50.848)	(186.110)	(45.685)	(129.478)	(49.288)	(163.136)
Receitas de prestação de serviços	18.d	6.374	17.780	8.440	19.932	7.465	22.500	10.764	25.489
Rendas de tarifas bancárias		2.702	6.939	3.187	6.659	2.702	6.939	3.187	6.659
Despesas de pessoal	18.e	(22.981)	(65.342)	(20.031)	(64.743)	(22.981)	(65.342)	(20.031)	(64.743)
Outras despesas administrativas	18.f	(23.932)	(64.890)	(19.074)	(64.530)	(24.523)	(67.487)	(20.518)	(68.301)
Despesas tributárias	18.g	(450)	(5.661)	(2.123)	(4.090)	(4.279)	(15.210)	(4.892)	(12.115)
Resultado de participação em controladas	10.a	(1.714)	3.622	(3.575)	(27.623)	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	18.h	3.584	9.521	3.355	13.039	33.394	71.885	3.533	13.872
Outras despesas operacionais	18.i	(10.267)	(35.459)	(21.027)	(64.754)	(37.463)	(82.763)	(21.331)	(63.997)
RESULTADO OPERACIONAL		914	(11.404)	(16.306)	(49.909)	2.706	(5.957)	(14.234)	(24.617)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18.j	7.159	25.573	700	5.235	7.045	24.464	271	(19.904)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		8.073	14.169	(15.606)	(44.674)	9.751	18.507	(13.963)	(44.521)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(2.404)	(2.372)	6.245	36.067	(3.950)	(6.578)	4.600	35.914
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	22	(2.990)	(7.335)	(1.875)	(1.748)	(2.990)	(7.335)	(1.875)	(1.748)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		2.679	4.462	(11.236)	(10.355)	2.811	4.594	(11.238)	(10.355)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE AÇÕES									
Lucro líquido (Prejuízo) por ação ordinária		0,0354	0,0590	(0,1487)	(0,1370)	-	-	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) por ação preferencial		0,0369	0,0615	(0,1548)	(0,1427)	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	Individual				Consolidado			
		3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Lucro líquido (Prejuízo) do período		2.679	4.462	(11.236)	(10.355)	2.811	4.594	(11.238)	(10.355)
Outros ajustes abrangentes	17.d	(6.503)	(25.903)	(19.093)	(16.008)	(6.636)	(26.036)	(19.093)	(16.008)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(11.984)	(47.700)	(35.166)	(31.780)	(12.205)	(47.921)	(35.166)	(31.780)
Hedges de fluxo de caixa		-	1	-	(10)	-	1	-	(10)
Imposto de renda e contribuição social		5.321	21.194	15.622	13.099	5.409	21.282	15.622	13.099
Outros ⁽¹⁾		160	602	451	2.683	160	602	451	2.683
Prejuízo abrangente do período		(3.824)	(21.441)	(30.329)	(26.363)	(3.825)	(21.442)	(30.331)	(26.363)

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN nº 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	Individual			
		Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17	1.202.393	(746)	(360.592)	841.055
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(17.479)	-	(17.479)
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17.d	-	(5)	-	(5)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	1.476	-	1.476
Prejuízo do período		-	-	(10.355)	(10.355)
Saldos em 30 de setembro de 2020	17	1.202.393	(16.754)	(370.947)	814.692
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(26.235)	-	(26.235)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	332	-	332
Lucro líquido do período		-	-	4.462	4.462
Saldos em 30 de setembro de 2021	17	1.202.393	(11.386)	(419.754)	771.253

	Nota	Consolidado			
		Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17	1.202.393	(746)	(360.592)	841.055
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(17.479)	-	(17.479)
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17.d	-	(5)	-	(5)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	1.476	-	1.476
Prejuízo do período		-	-	(10.355)	(10.355)
Saldos em 30 de setembro de 2020	17	1.202.393	(16.754)	(370.947)	814.692
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(26.368)	-	(26.368)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	332	-	332
Lucro líquido do período		-	-	4.594	4.594
Saldos em 30 de setembro de 2021	17	1.202.393	(11.519)	(419.622)	771.252

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**

(Em milhares de Reais - R\$)



		Individual				Consolidado			
	Nota	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS									
Lucro líquido (Prejuízo) ajustado		(26.127)	(23.394)	(46.357)	(157.999)	(27.329)	(18.323)	(48.879)	(187.613)
Lucro líquido (Prejuízo) do período		2.679	4.462	(11.236)	(10.355)	2.811	4.594	(11.238)	(10.355)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(19.761)	(12.186)	(21.249)	(91.510)	(19.761)	(12.186)	(21.249)	(91.510)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(10.005)	(12.250)	(10.632)	(47.656)	(10.005)	(12.250)	(10.632)	(47.656)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.312)	(6.323)	(6.245)	(36.067)	(932)	(5.006)	(5.190)	(38.058)
Depreciação e amortização	18.f	558	1.724	550	1.584	558	1.724	550	1.584
Provisão para contingências		278	1.976	(957)	(2.205)	278	1.976	(957)	(2.205)
Provisão para garantias financeiras prestadas		(278)	2.825	(163)	587	(278)	2.825	(163)	587
Resultado de participação em controladas	10.a	1.714	(3.622)	3.575	27.623	-	-	-	-
Variação de ativos e passivos		126.443	35.239	(136.204)	91.621	138.023	(4.454)	(76.237)	178.759
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(72.186)	(78.245)	5.209	24.100	(72.186)	(78.245)	5.209	24.100
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(311.978)	(1.352.483)	(341.579)	(1.473.200)	(324.817)	(1.365.322)	(341.579)	(1.470.725)
(Aumento) Redução de operações de crédito		33.031	(328.019)	(300.471)	207.516	33.031	(328.019)	(300.471)	207.516
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		151.766	71.276	(36.233)	(291.078)	177.810	60.433	(35.602)	(291.247)
(Aumento) Redução de outros ativos		1.059	70.536	10.916	18.973	(18.447)	52.385	15.843	69.241
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(50.612)	(332)	(1.095)	(280.601)	(50.612)	(332)	(1.095)	(280.601)
Aumento (Redução) de depósitos		(286.354)	(236.544)	(13.792)	356.986	(262.724)	(235.264)	(13.792)	401.997
Aumento (Redução) de operações compromissadas		804.798	1.848.099	(64.120)	1.398.340	804.798	1.848.099	(9.828)	1.398.340
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		47.116	200.437	616.244	167.576	47.116	200.437	616.244	167.576
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		1.797	(9.660)	87.743	(48.039)	1.797	(9.660)	87.743	(48.039)
Aumento (Redução) de outros passivos		(191.994)	(149.826)	(8.393)	11.048	(197.743)	(148.966)	(8.393)	601
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		100.316	11.845	(84.029)	(66.378)	110.694	(22.777)	(83.912)	(8.854)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO									
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso		-	(166)	(12)	(166)	-	(166)	(12)	(166)
Alienação (Aquisição) de intangível		-	(515)	-	(282)	-	(515)	-	(282)
Aumento (Redução) de capital em controladas	10	10.378	(34.622)	-	-	-	-	-	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		10.378	(35.303)	(12)	(448)	-	(681)	(12)	(448)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**

(Em milhares de Reais - R\$)



		Individual				Consolidado			
	Nota	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO									
Dividendos recebidos		-	-	57.400	57.991	-	-	-	-
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	14	6.546	59.905	2.264	6.787	6.546	59.905	2.264	6.787
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		6.546	59.905	59.664	64.778	6.546	59.905	2.264	6.787
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA									
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	142.068	230.436	275.690	84.568	142.069	230.437	276.178	85.568
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		19.761	12.186	21.249	91.510	19.761	12.186	21.249	91.510
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	279.069	279.069	174.030	174.030	279.070	279.070	174.563	174.563

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual			Consolidado		
		3T21	30/09/2021	30/09/2020	3T21	30/09/2021	30/09/2020
Receitas		272.607	722.486	528.169	276.491	741.450	510.195
Receitas da intermediação financeira		253.050	685.882	500.402	253.343	686.175	500.420
Receitas de prestação de serviços	18.d	6.374	17.780	19.932	7.465	22.500	25.489
Rendas de tarifas bancárias		2.702	6.939	6.659	2.702	6.939	6.659
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	10.005	12.250	47.656	10.005	12.250	47.656
Outras		476	(365)	(46.480)	2.976	13.586	(70.029)
Despesas de intermediação financeira		(215.457)	(576.046)	(411.857)	(214.957)	(574.904)	(409.557)
Insumos adquiridos de terceiros	18.f	(19.533)	(51.729)	(51.793)	(20.124)	(54.326)	(55.564)
Materiais, energias e outros		(77)	(267)	(285)	(77)	(267)	(285)
Serviços de terceiros		(14.392)	(37.587)	(32.674)	(14.712)	(39.027)	(34.765)
Outros		(5.064)	(13.875)	(18.834)	(5.335)	(15.032)	(20.514)
Valor adicionado (consumido) bruto		37.617	94.711	64.519	41.410	112.220	45.074
Depreciação e amortização	18.f	(558)	(1.724)	(1.584)	(558)	(1.724)	(1.584)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade		37.059	92.987	62.935	40.852	110.496	43.490
Valor adicionado recebido em transferência		(1.714)	3.622	(27.623)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	(1.714)	3.622	(27.623)	-	-	-
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		35.345	96.609	35.312	40.852	110.496	43.490
Distribuição do valor adicionado (consumido)		35.345	96.609	35.312	40.852	110.496	43.490
Remuneração do trabalho		25.971	72.677	66.491	25.971	72.677	66.491
Proventos	18.e	14.892	41.477	41.375	14.892	41.477	41.375
Benefícios e treinamento	18.e	3.169	9.299	9.262	3.169	9.299	9.262
Encargos sociais	18.e	4.920	14.566	14.106	4.920	14.566	14.106
Participação nos lucros		2.990	7.335	1.748	2.990	7.335	1.748
Remuneração de governos		2.854	8.033	(31.977)	8.229	21.788	(23.799)
Federais	18.g	28	4.451	2.741	1.179	7.248	4.244
Municipais	18.g	422	1.210	1.349	3.100	7.962	7.871
Imposto de renda e contribuição social	19	2.404	2.372	(36.067)	3.950	6.578	(35.914)
Remuneração de capitais de terceiros		3.841	11.437	11.153	3.841	11.437	11.153
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	3.841	11.437	11.153	3.841	11.437	11.153
Remuneração de capitais próprios		2.679	4.462	(10.355)	2.811	4.594	(10.355)
Lucro Líquido (Prejuízo) retido		2.679	4.462	(10.355)	2.811	4.594	(10.355)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas de 30 de setembro de 2021, na reunião realizada em 08 de novembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

Atividade	Participação % no capital total em	
	30/09/2021	31/12/2020
Dependências no exterior		
Agência Grand Cayman	100,0000	100,0000
Subsidiárias		
Pine Planejamento e Serviços Ltda	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	99,9998
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	99,9900

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico
 Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
 Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado
 Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
 Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
 Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas, CPC 24 - Eventos subsequentes, e CPC 41 - Resultado por ação

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos significativos em suas informações financeiras dada a sua adoção.

Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços cotados e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Níveis 1, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$103.080 que são classificados em Nível 3.

A Resolução CMN nº 4.720/19, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020 e a Resolução BCB nº 2/20 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e a apresentação de Informações financeiras de forma completa.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Investimentos

A Resolução CMN nº 4.817/20, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/21, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis. A resolução cita as mudanças do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;
- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001;

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados à garantias e fianças prestadas. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

s) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

A alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

t) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

u) Lucro líquido (Prejuízo) por ação

Resultado básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Resultado diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados em apenas uma linha na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

v) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

x) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.h, de forma segregada.

z) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras intermediárias e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras intermediárias; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Disponibilidades ⁽¹⁾	279.069	155.094	279.070	155.095
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	-	75.342	-	75.342
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	279.069	230.436	279.070	230.437

(1) Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, refere-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado			
			30/09/2021	31/12/2020
	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas				
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	45.003
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	18.997
Total de aplicações em operações compromissadas	-	-	-	64.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	4.075	3.064	7.139	1.050
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	71.106	-	71.106	10.292
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	75.181	3.064	78.245	11.342
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	75.181	3.064	78.245	75.342

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

								30/09/2021		Individual		
								Total		31/12/2020		
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos Públicos	-	-	-	607.118	350.660	98.934	1.056.712	1.076.950	(20.238)	2.298.351	2.274.807	23.544
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	367.808	186.011	-	553.819	555.491	(1.672)	1.074.869	1.079.289	(4.420)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	40.345	-	-	40.345	43.655	(3.310)	282.631	281.822	809
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	198.965	164.649	98.934	462.548	477.804	(15.256)	940.851	913.696	27.155
Títulos Privados	-	-	9.543	31.716	68.901	22.654	132.814	132.950	(136)	146.416	142.634	3.782
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	9.543	31.716	68.901	22.654	132.814	132.950	(136)	144.679	141.899	2.780
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.737	735	1.002
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	9.543	638.834	419.561	121.588	1.189.526	1.209.900	(20.374)	2.444.767	2.417.441	27.326
Títulos para negociação ⁽²⁾												
Títulos Públicos	-	-	4	8.181	259.631	312	268.128	270.335	(2.207)	262.359	264.534	(2.175)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	259.631	-	259.631	261.957	(2.326)	252.412	255.491	(3.079)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	4	8.181	-	312	8.497	8.378	119	9.947	9.043	904
Títulos Privados	461	-	-	-	-	-	461	461	-	441	441	-
Ações de companhias abertas	461	-	-	-	-	-	461	461	-	441	441	-
Total de títulos para negociação	461	-	4	8.181	259.631	312	268.589	270.796	(2.207)	262.800	264.975	(2.175)
Títulos Mantidos até o Vencimento												
Títulos Públicos	-	-	245.974	617.405	1.364.594	2.875.916	5.103.889	5.103.889	-	2.527.857	2.527.857	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	551.025	-	551.025	551.025	-	-	-	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	245.974	411.862	-	-	657.836	657.836	-	282.269	282.269	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	205.543	813.569	2.875.916	3.895.028	3.895.028	-	2.245.588	2.245.588	-
Total de Tít. Mantidos até o Vencimento	-	-	245.974	617.405	1.364.594	2.875.916	5.103.889	5.103.889	-	2.527.857	2.527.857	-
Total de Títulos	461	-	255.521	1.264.420	2.043.786	2.997.816	6.562.004	6.584.585	(22.581)	5.235.424	5.210.273	25.151

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



								30/09/2021		Consolidado		
								Total		31/12/2020		
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	-	-	-	619.825	350.660	98.934	1.069.419	1.089.877	(20.458)	2.298.351	2.274.807	23.544
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	367.808	186.011	-	553.819	555.491	(1.672)	1.074.869	1.079.289	(4.420)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	53.052	-	-	53.052	56.582	(3.530)	282.631	281.822	809
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	198.965	164.649	98.934	462.548	477.804	(15.256)	940.851	913.696	27.155
Títulos privados	-	-	9.543	31.716	68.901	22.654	132.814	132.950	(136)	146.416	142.634	3.782
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	9.543	31.716	68.901	22.654	132.814	132.950	(136)	144.679	141.899	2.780
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.737	735	1.002
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	9.543	651.541	419.561	121.588	1.202.233	1.222.827	(20.594)	2.444.767	2.417.441	27.326
Títulos para negociação ⁽²⁾												
Títulos públicos	-	-	4	8.181	259.631	312	268.128	270.335	(2.207)	262.359	264.534	(2.175)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	259.631	-	259.631	261.957	(2.326)	252.412	255.491	(3.079)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	4	8.181	-	312	8.497	8.378	119	9.947	9.043	904
Títulos privados	461	-	-	-	-	-	461	461	-	441	441	-
Ações de companhias abertas	461	-	-	-	-	-	461	461	-	441	441	-
Total de títulos para negociação	461	-	4	8.181	259.631	312	268.589	270.796	(2.207)	262.800	264.975	(2.175)
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	-	-	245.974	617.405	1.364.594	2.875.915	5.103.888	5.103.888	-	2.527.857	2.527.857	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	551.025	-	551.025	551.025	-	-	-	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	245.974	411.862	-	-	657.836	657.836	-	282.269	282.269	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	205.543	813.569	2.875.915	3.895.027	3.895.027	-	2.245.588	2.245.588	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	-	-	245.974	617.405	1.364.594	2.875.915	5.103.888	5.103.888	-	2.527.857	2.527.857	-
Total de títulos	461	-	255.521	1.277.127	2.043.786	2.997.815	6.574.710	6.597.511	(22.801)	5.235.424	5.210.273	25.151

(1) Em 30 de setembro de 2021, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, os montantes de R\$11.382 (30 de setembro de 2020 R\$5.834) de perdas permanentes, foram reconhecidos no resultado, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 30 de setembro de 2021, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$11.206 no Individual e R\$11.338 no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, no Individual e no Consolidado, líquidos dos efeitos tributários (ajuste positivo acumulado de R\$15.029 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$2.207 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R\$2.175 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2020) no resultado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual				Consolidado			
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Rendas de operações com títulos de renda fixa	121.526	318.142	56.928	194.453	121.819	318.435	56.928	194.471
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(4.846)	(13.472)	(4.387)	(12.172)	(4.846)	(13.472)	(4.387)	(12.172)
Resultado de operações com títulos de renda variável	1.867	2.944	69	133	1.867	2.944	69	133
Despesas de operações com títulos de renda variável	(2.092)	(3.350)	(51)	(52)	(2.092)	(3.350)	(51)	(52)
Total	116.455	304.264	52.559	182.362	116.748	304.557	52.559	182.380

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e crédito previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Individual e Consolidado					
	30/09/2021			31/12/2020		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Instrumentos financeiros derivativos						
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	433	1.459.476	1.459.909	4.234	2.100.326	2.104.560
Contratos a termo - a receber	47.882	37.041	84.923	146.409	7.031	153.440
Prêmios de opções a exercer	50.134	2.070	52.204	21.079	419	21.498
Total a receber	98.449	1.498.587	1.597.036	171.722	2.107.776	2.279.498
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(2.468)	(1.714.232)	(1.716.700)	(1.029)	(2.407.429)	(2.408.458)
Contratos a termo - a pagar	(29.783)	(4.941)	(34.724)	(23.100)	(367)	(23.467)
Prêmios de opções lançadas	(227)	(4)	(231)	(2.156)	(368)	(2.524)
Total a pagar	(32.478)	(1.719.177)	(1.751.655)	(26.285)	(2.408.164)	(2.434.449)
Valor líquido	65.971	(220.590)	(154.619)	145.437	(300.388)	(154.951)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado							
	30/09/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.364.723	1.441.965	-		4.442.326	2.086.066	-	
Juros	4.298.594	1.383.536	-		4.359.018	2.028.160	-	
Moeda	66.129	58.429	-		83.308	57.906	-	
Posição passiva:	4.364.723	-	(1.715.729)		4.442.326	-	(2.408.458)	
Juros	4.300.294	-	(1.694.136)		4.340.843	-	(2.390.602)	
Moeda	64.429	-	(21.593)		101.483	-	(17.856)	
Valor líquido		1.441.965	(1.715.729)	66.671		2.086.066	(2.408.458)	(27.293)
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa ⁽¹⁾								
Posição ativa:	14.722	17.944	-		17.666	18.494	-	
Moeda	14.722	17.944	-		17.666	18.494	-	
Valor líquido		17.944	-	861		18.494	-	7.314
Risco de mercado								
Posição ativa:	227.285	-	(971)		-	-	-	
Juros	227.285	-	(971)		-	-	-	
Valor líquido		-	(971)	(971)		-	-	-
Valor líquido de Swap		1.459.909	(1.716.700)	66.561		2.104.560	(2.408.458)	(19.979)
Contratos a termo								
Posição ativa:	1.943.158	84.923	-		2.073.155	153.440	-	
Juros	939.646	8.395	-		823.971	37.096	-	
Moeda	869.611	66.570	-		1.184.696	108.161	-	
Commodities	133.901	9.958	-		64.488	8.183	-	
Posição passiva:	1.943.158	-	(34.724)		2.073.155	-	(23.467)	
Juros	1.003.512	-	(3.495)		1.249.184	-	(19.427)	
Moeda	666.683	-	(14.851)		780.724	-	(4.040)	
Commodities	272.963	-	(16.378)		43.247	-	-	
Valor líquido		84.923	(34.724)	20.837		153.440	(23.467)	512.376

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Opções								
Prêmios de opções a exercer	-	52.204	-	-	-	21.498	-	-
Moeda	-	52.204	-	-	-	21.498	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	(231)	-	55.000	-	(2.524)	-
Juros	-	-	-	-	-	-	(2.524)	-
Moeda	-	-	(231)	-	55.000	-	-	-
Valor líquido	-	52.204	(231)	63.759	-	21.498	(2.524)	19.854
Total a receber (pagar) e ganho (perda)	-	1.597.036	(1.751.655)	151.157	-	2.279.498	(2.434.449)	512.251

(1) Em 30 de setembro de 2021, o valor de R\$794 positivo (R\$400 negativo em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao MTM do hedge de fluxo de caixa reconhecido no Patrimônio Líquido.

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	30/09/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro	730.709	1.639.094	(1.796)	-	871.040	2.027.325	994	-
Moeda	7.886	1.172.502	(3.384)	-	-	1.669.983	4.341	-
Cupom cambial futuro	270.778	287.671	40	-	592.371	557.519	(14)	-
Commodities	167.702	457.970	290	-	45.865	146.507	-	-
Total	1.177.075	3.557.237	(4.850)	(145.868)	1.509.276	4.401.334	5.321	(584.778)

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	30/09/2021				31/12/2020			
	De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos		Total	Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses			De 5 a 15 anos	De 5 a 15 anos		
Swap	102.717	13.100	247.574	4.223.656	19.683	4.606.730	4.459.992	-
Contratos a termo	1.038.792	413.577	490.789	-	-	1.943.158	2.073.155	-
Opções	-	-	-	-	-	-	55.000	-
Futuros	3.267.058	57.558	942.025	458.280	9.391	4.734.312	5.910.610	-
Total	4.408.567	484.235	1.680.388	4.681.936	29.074	11.284.200	12.498.757	-

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	30/09/2021				31/12/2020			
	Contratos a termo		Opções	Futuros	Contratos a termo		Opções	Futuros
	Swaps	Swaps			Swaps	Swaps		
Bolsa	-	-	-	4.734.312	-	-	55.000	5.910.610
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	4.100.755	-	-	55.000	5.691.377
Bolsas no exterior	-	-	-	633.557	-	-	-	219.233
Balcão	4.606.730	1.943.158	-	-	4.459.992	2.073.155	-	-
Instituições Financeiras	302.782	-	-	-	75.188	-	-	-
Empresas	4.303.948	1.943.158	-	-	4.384.804	2.073.155	-	-
Total	4.606.730	1.943.158	-	4.734.312	4.459.992	2.073.155	55.000	5.910.610

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Título	30/09/2021				31/12/2020			
	Valor de Mercado		Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado		Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
	30/09/2021	31/12/2020			30/09/2021	31/12/2020		
LFT - Letra financeira do tesouro	-	-	-	-	-	-	519.887	583.655
LTN - Letra do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	17.064	-
NTN - Nota do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	36.055	-
Total	-	-	-	-	-	-	573.006	583.655

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 30 de setembro de 2021, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R\$794 (R\$400 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor negativo de R\$798 (R\$396 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Instrumento de Hedge	30/09/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência		Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência		Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
	Valor de Referência	Valor de Curva			Valor de Referência	Valor de Curva		
Contratos de swap (ponta ativa)	14.722	32.553	33.347	794	17.666	36.778	36.378	(400)
Total	14.722	32.553	33.347	794	17.666	36.778	36.378	(400)
Objeto de Hedge								
Repasses do exterior	14.722	32.647	33.445	(798)	17.666	36.791	36.395	396
Total	14.722	32.647	33.445	(798)	17.666	36.791	36.395	396

x.b) Hedge de Risco de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Instrumento de Hedge	30/09/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência		Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência		Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
	Valor de Referência	Valor de Curva			Valor de Referência	Valor de Curva		
Contratos de swap (ponta ativa)	227.285	227.363	214.330	(13.033)	-	-	-	-
Total	227.285	227.363	214.330	(13.033)	-	-	-	-
Objeto de Hedge								
Captações	227.285	227.363	205.127	(22.236)	-	-	-	-
Total	227.285	227.363	205.127	(22.236)	-	-	-	-

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Capital de giro	2.163.153	2.140.413	2.163.153	2.140.413
Resolução CMN nº 3.844	14.322	38.800	14.322	38.800
Conta corrente garantida	199.890	120.592	199.890	120.592
Repasse de instituições oficiais do Brasil	16.302	23.024	16.302	23.024
Financiamento em moeda estrangeira	11.009	10.742	11.009	10.742
Financiamentos a exportação	490.960	413.920	490.960	413.920
Títulos descontados	629.350	509.216	629.350	509.216
Subtotal de operações de crédito	3.524.986	3.256.707	3.524.986	3.256.707
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	211.230	218.886	212.581	220.269
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	371.290	367.106	371.290	367.106
Avais e fianças honradas	82.639	87.663	82.639	87.663
Carteira de crédito	4.190.145	3.930.362	4.191.496	3.931.745
Créditos abertos para importação	134.385	29.892	134.385	29.892
Garantias prestadas	359.146	419.242	359.146	419.242
Garantias prestadas e responsabilidades	493.531	449.134	493.531	449.134
Títulos privados ⁽³⁾	132.814	146.416	132.814	146.416
Títulos com risco de crédito	132.814	146.416	132.814	146.416
Total carteira expandida	4.816.490	4.525.912	4.817.841	4.527.295

(1) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 9.a).

(2) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8).

(3) Representados, principalmente, por debêntures e certificados de recebíveis, compostos na carteira do Pine (Nota 6.a).

b) Por vencimento

Prazo	Individual				Consolidado			
	30/09/2021		31/12/2020		30/09/2021		31/12/2020	
	A Vencer	Vencidos	Total	Total	A Vencer	Vencidos	Total	Total
Até 3 meses	1.086.140	11.239	1.097.379	846.437	1.086.140	11.239	1.097.379	846.437
De 3 a 12 meses	1.548.947	10.699	1.559.646	1.578.376	1.548.947	10.699	1.559.646	1.578.376
De 1 a 3 anos	1.225.997	-	1.225.997	1.190.144	1.227.348	-	1.227.348	1.191.527
De 3 a 5 anos	170.703	-	170.703	199.992	170.703	-	170.703	199.992
De 5 a 15 anos	136.420	-	136.420	95.810	136.420	-	136.420	95.810
Acima de 15 anos	-	-	-	19.603	-	-	-	19.603
Total carteira de crédito	4.168.207	21.938	4.190.145	3.930.362	4.169.558	21.938	4.191.496	3.931.745
Até 3 meses	172.488	-	172.488	30.463	172.488	-	172.488	30.463
De 3 a 12 meses	116.642	-	116.642	194.861	116.642	-	116.642	194.861
De 1 a 3 anos	159.518	-	159.518	123.038	159.518	-	159.518	123.038
De 3 a 5 anos	31.186	-	31.186	96.868	31.186	-	31.186	96.868
De 5 a 15 anos	13.697	-	13.697	3.904	13.697	-	13.697	3.904
Total garantias prestadas e responsabilidades	493.531	-	493.531	449.134	493.531	-	493.531	449.134
Até 3 meses	-	-	-	2.033	-	-	-	2.033
De 3 a 12 meses	9.543	-	9.543	14.314	9.543	-	9.543	14.314
De 1 a 3 anos	31.716	-	31.716	37.081	31.716	-	31.716	37.081
De 3 a 5 anos	68.901	-	68.901	-	68.901	-	68.901	-
De 5 a 15 anos	-	-	-	70.296	-	-	-	70.296
Acima de 15 anos	22.654	-	22.654	22.692	22.654	-	22.654	22.692
Total títulos com risco de crédito	132.814	-	132.814	146.416	132.814	-	132.814	146.416
Total carteira expandida	4.794.552	21.938	4.816.490	4.525.912	4.795.903	21.938	4.817.841	4.527.295

c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Administração pública	251.652	180.263	251.652	180.263
Agropecuário	582.907	581.824	582.907	581.824
Alimentos e bebidas	277.140	271.725	277.140	271.725
Comércio	456.347	590.056	456.347	590.056
Construção e imobiliário	587.527	562.347	588.878	563.730
Financeiro	26.112	40.766	26.112	40.766
Papel e celulose	63.895	102.737	63.895	102.737
Químico e petroquímico	195.670	188.227	195.670	188.227
Educação, saúde e outros serviços sociais	133.763	50.775	133.763	50.775
Siderurgia e metalurgia	79.937	45.255	79.937	45.255
Telecomunicações	145.604	114.710	145.604	114.710
Transportes	259.964	216.885	259.964	216.885
Açúcar e álcool	419.449	366.835	419.449	366.835
Indústria	125.254	151.241	125.254	151.241
Serviços	181.524	176.586	181.524	176.586
Outros	1.029.745	885.680	1.029.745	885.680
Total da carteira expandida	4.816.490	4.525.912	4.817.841	4.527.295

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível	Individual				Consolidado			
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão		
AA	476.398	-	476.398	-	376.016	-		
A	1.083.312	-	1.083.312	5.417	969.416	4.847		
B	1.293.062	669	1.293.731	12.937	1.153.056	11.531		
C	996.596	1	996.597	29.898	1.094.733	32.842		
D	69.365	4.811	74.176	7.418	61.852	15.102		
E	48.769	6.241	55.010	16.503	42.592	20.870		
F	87.512	2.961	90.473	45.237	60.820	41.966		
G	92.522	1.117	93.639	81.898	92.767	91.839		
H	20.672	6.137	26.809	26.809	79.110	79.110		
Total	4.168.208	21.937	4.190.145	226.117	3.930.362	298.107		

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Nível	30/09/2021				Consolidado	
	A Vencer		Vencidos		31/12/2020	
	Provisão		Provisão		Provisão	
AA	477.749	-	477.749	-	377.399	-
A	1.083.312	-	1.083.312	5.417	969.416	4.847
B	1.293.062	669	1.293.731	12.937	1.153.056	11.531
C	996.596	1	996.597	29.898	1.094.733	32.842
D	69.365	4.811	74.176	7.418	61.852	15.102
E	48.769	6.241	55.010	16.503	42.592	20.870
F	87.512	2.961	90.473	45.237	60.820	41.966
G	92.522	1.117	93.639	81.898	92.767	91.839
H	20.672	6.137	26.809	26.809	79.110	79.110
Total	4.169.559	21.937	4.191.496	226.117	3.931.745	298.107

Em 30 de setembro de 2021, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$16.352 (R\$55.468 em 31 de dezembro de 2020) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine

Maiores devedores	30/09/2021		Individual		30/09/2021		Consolidado	
	Valor		31/12/2020		Valor		31/12/2020	
	% sobre a carteira		% sobre a carteira		% sobre a carteira		% sobre a carteira	
Maior devedor	134.385	2,79	100.341	2,22	134.385	2,79	100.341	2,22
2º ao 10º	688.193	14,29	708.823	15,66	688.193	14,28	708.823	15,66
11º ao 20º	507.717	10,54	482.480	10,66	507.717	10,54	482.480	10,66
21º ao 50º	874.634	18,16	839.943	18,56	874.634	18,15	839.943	18,55
51º ao 100º	702.866	14,59	716.434	15,83	702.866	14,59	716.434	15,82
Demais devedores	1.908.695	39,63	1.677.891	37,07	1.910.046	39,65	1.679.274	37,09
Total carteira expandida	4.816.490	100,00	4.525.912	100,00	4.817.841	100,00	4.527.295	100,00

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual e Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020
Saldo inicial	298.107	448.885
Constituição/(Reversão)	(12.250)	(47.656)
Baixas para prejuízo	(59.740)	(132.049)
Saldo final	226.117	269.180

Resultado com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, impairment e descontos	Individual e Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12.250	47.656
Recuperação de crédito baixados como prejuízo (Nota 7.g)	15.554	2.616
Impairment - Debêntures	(11.382)	(5.834)
Despesas com Cessão (Nota 18.i)	(84)	(42.954)
Descontos concedidos	(2.298)	(8.167)
Outras Provisões ⁽¹⁾	(23.475)	(4.485)
Total	(9.435)	(11.168)

(1) Refere-se a provisão sobre variação cambial de Adiantamento de Contrato de Câmbio e provisão de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda.

g) Recuperação de crédito

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$15.554 (R\$2.616 no período findo em 30 de setembro de 2020).

h) Renegociação de contratos

Em 30 de setembro de 2021 existiam contratos renegociados no valor de R\$374.991 (R\$401.242 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$40 (R\$82.334 em 31 de dezembro de 2020). Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$84 (R\$36.031 em 31 de dezembro de 2020), não descontado a provisão no valor de R\$37 (R\$39.899 em 31 de dezembro de 2020). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$33.090, essas cessões geraram um ganho no valor de R\$9.850 registrados na rubrica "Operações de Crédito", que corresponde ao valor de venda dessas cessões.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Avais e fianças honradas	82.639	87.663	82.639	87.663
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	403.116	487.870	403.116	487.870
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	56.184	55.335	58.585	57.623
Diversos (Nota 8.b)	300.315	306.681	801.913	797.757
Negociação e Intermediação de Valores	54.371	18.892	54.371	18.892
Rendas a receber	15.690	20.603	16.389	21.196
Relações interfinanceiras	18.377	3.942	18.377	3.942
Total	930.692	980.986	1.435.390	1.474.943
Circulante	523.377	665.634	526.644	670.731
Não Circulante	407.315	315.352	908.746	804.212

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	371.388	420.409
Direitos sobre venda de câmbio	21.804	57.382
Rendas a receber	9.924	10.079
Total	403.116	487.870
Circulante	295.345	487.870
Não Circulante	107.771	-
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	22.051	57.808
Obrigações por compra de câmbio	362.469	416.855
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(361.366)	(357.027)
Total	23.154	117.636
Circulante	22.051	117.636
Não Circulante	1.103	-

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamentos e antecipações salariais	1.593	312	1.593	312
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	180	151	212	207
Adiantamentos por conta de imobilizações	9.978	6.860	11.034	7.646
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	211.230	218.886	212.581	220.269
Imposto de renda a compensar	62.928	67.757	64.642	69.538
Valores a receber de sociedades ligadas	3	13	-	-
Títulos e créditos a receber	-	-	502.649	482.623
Devedores diversos - País e exterior	14.403	12.702	9.202	17.162
Total	300.315	306.681	801.913	797.757
Circulante	63.680	56.196	66.248	60.700
Não Circulante	236.635	250.485	735.665	737.057

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda.

9. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução nº CMN 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	30/09/2021			Individual		
	31/12/2020			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	100.923	80.739	181.662	109.665	87.732	197.397
Créditos baixados para prejuízo	112.738	90.191	202.929	101.709	81.368	183.077
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	203.995	163.078	367.073	205.902	164.600	370.502
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	245.668	-	245.668	252.387	-	252.387
Outras provisões	6.137	4.910	11.047	5.082	4.066	9.148
Total	669.553	338.992	1.008.545	674.837	337.840	1.012.677

	30/09/2021			Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	101.401	80.912	182.313	111.137	88.262	199.399
Ajuste de títulos disponíveis para venda	55	33	88	-	-	-
Créditos baixados para prejuízo	112.738	90.191	202.929	101.709	81.368	183.077
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	204.025	163.096	367.121	205.902	164.600	370.502
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	245.668	-	245.668	252.387	-	252.387
Outras provisões	6.137	4.910	11.047	5.082	4.066	9.148
Total	670.116	339.216	1.009.332	676.309	338.370	1.014.679

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	30/09/2021			Individual		
	31/12/2020			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.176	1.741	3.917	2.025	1.620	3.645
Ajuste de títulos para negociação	638	511	1.149	633	507	1.140
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	7.937	6.349	14.286
Mercado futuro - Lei nº 11.196	82	66	148	9.326	7.461	16.787
MTM Derivativos	35.272	28.217	63.489	106.616	85.292	191.908
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	131.683	-	131.683	(14.557)	-	(14.557)
MTM hedge de fluxo de caixa	199	159	358	99	79	178
Total (Nota 16.a)	170.050	30.694	200.744	112.079	101.308	213.387

	30/09/2021			Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.280	1.805	4.085	2.120	1.677	3.797
Ajuste de títulos para negociação	638	511	1.149	633	507	1.140
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	7.937	6.349	14.286
Mercado futuro - Lei nº 11.196	82	66	148	9.326	7.461	16.787
MTM Derivativos	35.272	28.217	63.489	106.616	85.292	191.908
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	131.683	-	131.683	(14.557)	-	(14.557)
MTM hedge de fluxo de caixa	199	159	358	99	79	178
Total (Nota 16.a)	170.154	30.758	200.912	112.174	101.365	213.539

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.012.677	906.927	1.014.679	907.980
Constituição	35.359	189.293	45.179	209.156
Reversão	(39.491)	(83.543)	(50.526)	(102.457)
Saldo final	1.008.545	1.012.677	1.009.332	1.014.679

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	213.387	186.875	213.539	187.008
Constituição	28.591	148.360	30.021	150.106
Reversão	(41.234)	(121.848)	(42.648)	(123.575)
Saldo final	200.744	213.387	200.912	213.539

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual			Consolidado		
	30/09/2021			30/09/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	197.291	124.656	321.947	197.291	124.656	321.947
De 1 a 2 anos	16.323	10.325	26.648	16.886	10.549	27.435
De 2 a 3 anos	21.095	14.884	35.979	21.095	14.884	35.979
De 3 a 4 anos	55.575	12.484	68.059	55.575	12.484	68.059
De 4 a 5 anos	36.590	13.196	49.786	36.590	13.196	49.786
De 5 a 8 anos	139.315	109.231	248.546	139.315	109.231	248.546
De 8 a 10 anos	203.364	54.216	257.580	203.364	54.216	257.580
Total	669.553	338.992	1.008.545	670.116	339.216	1.009.332

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Obrigações fiscais diferidas	30/09/2021					
	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	16.399	13.119	29.518	16.399	13.119	29.518
De 1 a 2 anos	254	203	457	358	267	625
De 2 a 3 anos	285	227	512	285	227	512
De 3 a 4 anos	17.626	14.101	31.727	17.626	14.101	31.727
De 4 a 5 anos	1.600	1.280	2.880	1.600	1.280	2.880
De 5 a 8 anos	25	21	46	25	21	46
De 8 a 10 anos	133.861	1.743	135.604	133.861	1.743	135.604
Total	170.050	30.694	200.744	170.154	30.758	200.912

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de Equivalência Patrimonial

	30/09/2021						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	660	2	660	2
Pine Investimentos DTVM Ltda. ⁽³⁾ ⁽⁴⁾	99,9998	892.299	3.006	4.868	(50)	4.868	(183)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.113	10	2.113	10
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário ⁽¹⁾	99,9999	525.796.649	525.797	526.183	2.437	526.183	2.437
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	99,9990	492.156	25.100	28.860	3.424	28.860	3.424
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.328	(278)	51.328	(278)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	86.030.599	86.031	53.720	(1.790)	53.720	(1.790)
Total					3.755	667.732	3.622

	31/12/2020						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	658	4	658	4
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	13.384	15.427	528	15.427	528
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.103	1.509	2.103	1.509
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário	99,9999	500.796.649	500.797	498.746	(11.324)	498.746	(11.324)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	5.436	5.179	5.436	5.179
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.607	(303)	51.607	(303)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	84.030.599	86.031	55.511	(26.309)	55.511	(26.309)
Total					(30.716)	629.488	(30.716)

(1) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$25.000, totalmente subscrito e integralizado.

(2) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital nos montantes de R\$5.000, mediante a incorporação de parte do saldo das Reservas Estatutárias e R\$20.000, totalmente subscrito e integralizado.

(3) Em 30 de setembro de 2021, refere-se ao MTM negativo de Títulos Públicos, classificado como Disponível para Venda, no montante de R\$133.

(4) Em 22 de outubro de 2021, houve redução de capital no montante de R\$10.378, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas.

b) Outros Investimentos

O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$474, avaliado pelo método de custo.

11. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Imóveis	334.905	394.712	401.309	471.414
Provisão para perdas	(16.991)	(12.150)	(18.287)	(16.631)
Outros	-	3.059	-	3.059
Total	317.914	385.621	383.022	457.842
Circulante	317.914	385.621	383.022	457.842

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Prêmios de seguros	16.438	12.973	39.319	13.022
Aluguéis ⁽¹⁾	12.590	19.865	12.590	19.865
Gastos na emissão de títulos no Exterior	117	180	117	180
Impostos ⁽²⁾	260	-	2.634	-
Outras	869	85	927	85
Total	30.274	33.103	55.587	33.152
Circulante	6.575	13.577	9.847	13.591
Não Circulante	23.699	19.526	45.740	19.561

(1) Em 30 de setembro de 2021, refere-se, substancialmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

(2) Em 30 de setembro de 2021, refere-se ao IPTU de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda.

12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	21.603	(14.810)	6.793	7.515
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	2.739	(1.621)	1.118	1.055
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(2.113)	165	370
Sistema de Transporte	-	-	-	8
Total	26.620	(18.544)	8.076	8.948

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Depósitos (Nota 13.a)	7.106.377	7.342.921	7.038.740	7.274.004
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	3.858.834	2.010.735	3.858.834	2.010.735
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	735.612	535.175	735.612	535.175
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	49.762	59.422	49.762	59.422
Total	11.750.585	9.948.253	11.682.948	9.879.336
Circulante	5.841.587	4.699.971	5.814.623	4.679.792
Não Circulante	5.908.998	5.248.282	5.868.325	5.199.544

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	143.114	-	-	116.150	-	-
Até 30 dias	-	71.445	-	-	71.445	-
De 31 a 60 dias	-	96.318	-	-	96.318	-
De 61 a 90 dias	-	196.481	-	-	196.481	-
De 91 a 180 dias	-	498.534	35.799	-	498.534	35.799
De 181 a 360 dias	-	366.520	159.326	-	366.520	159.326
Acima de 360 dias	-	5.194.994	343.846	-	5.154.321	343.846
Total	143.114	6.424.292	538.971	116.150	6.383.619	538.971

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	interfinanceiros
Sem vencimento	169.368	-	-	168.487	-	-
Até 30 dias	-	128.218	-	-	128.218	-
De 31 a 60 dias	-	98.744	10.243	-	98.743	10.243
De 61 a 90 dias	-	105.320	-	-	105.320	-
De 91 a 180 dias	-	749.061	240	-	730.622	240
De 181 a 360 dias	-	1.060.401	8.016	-	1.059.543	8.016
Acima de 360 dias	-	4.499.815	513.495	-	4.451.077	513.495
Total	169.368	6.641.559	531.994	168.487	6.573.523	531.994

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	600.819	134.528
LFT - letra financeira do tesouro	52.401	-
NTN - notas do tesouro nacional	3.187.789	1.800.587
Debêntures	17.825	75.620
Total	3.858.834	2.010.735
Circulante	3.858.834	2.010.735

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	48.573	61.043	187.983	297.599
Letras de crédito do agronegócio	127.821	74.439	173.439	375.699
Letras financeiras	56.114	6.200	-	62.314
Total	232.508	141.682	361.422	735.612

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	1.913	5.641	8.736	16.290
Operações de repasses do exterior	-	33.467	-	33.467
Operações de empréstimos no exterior	5	-	-	5
Total	1.918	39.108	8.736	49.762

14. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Individual e Consolidado			
	Até 3 meses	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras Financeiras	70.821	54.636	76.883	202.340
Total	70.821	54.636	76.883	202.340

Papel	Individual e Consolidado			
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador
Letras Financeiras	16.500	2011	2021	CDI
	27.915	2018	2024	CDI
	2.000	2019	2024	CDI
	13.776	2019	2025	CDI
	1.500	2019	2025	IPCA
	5.300	2019	2026	CDI
	1.000	2020	2026	CDI
	17.092	2021	2027	IPCA
	300	2021	2027	CDI
	9.496	2021	2028	IPCA
	45.000	2021	2028	CDI
Total	139.879			

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Papel	Individual e Consolidado					
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2020
Letras Financeiras	16.500	2011	2021	CDI	145%	63.398
	26.915	2018	2024	CDI	150% a 153%	28.139
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.001
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.041
	16.500	2019	2025	IPCA	9,76%	18.128
	5.000	2019	2026	CDI	150%	5.018
	8.500	2019	2026	IPCA	10,15%	9.331
	300	2019	2026	CDI	149%	375
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.004
	90.491					142.435
Total						

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual e Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	369	369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	7.563	6.588
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	8.217	6.629
Fianças Prestadas (Nota 21)	7.558	4.733
Total	23.707	18.319
Não Circulante	23.707	18.319

a) Ativos contingentes

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual				Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	50.030	49.499	369	369	52.356	51.787	369	369
Contingências Trabalhistas	5.573	4.973	7.563	6.588	5.573	4.973	7.563	6.588
Contingências Cíveis	581	863	8.217	6.629	656	863	8.217	6.629
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	7.558	4.733	-	-	7.558	4.733
Total	56.184	55.335	23.707	18.319	58.585	57.623	23.707	18.319

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de setembro de 2021, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$47.694 no Individual e R\$48.005 no Consolidado (R\$47.179 no Individual e R\$47.486 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2021, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$9.191 no Individual e no Consolidado (R\$14.043 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual e Consolidado							
	30/09/2021				31/12/2020			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.588	6.629	13.586	369	6.863	7.875	15.107
Constituição (reversão)	-	444	1.532	1.976	-	(996)	(1.525)	(2.521)
Atualização	-	531	56	587	-	721	279	1.000
Saldo final	369	7.563	8.217	16.149	369	6.588	6.629	13.586

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 30 de setembro de 2021 o Pine possuía processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$184 no Individual e no Consolidado (R\$184 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	346	52	346	52
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	23.154	117.636	23.154	117.636
Credores diversos - país e exterior	5.350	40.268	8.700	44.524
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	207.490	217.305	212.654	220.588
Negociação e intermediação de valores	5.968	2.032	5.968	2.032
Resultado de exercícios futuros	13.548	20.149	13.548	20.149
Outras	14.298	23.125	14.303	23.245
Total	270.154	420.567	278.673	428.226
Circulante	56.485	174.612	62.495	180.507
Não Circulante	213.669	245.955	216.178	247.719

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	183	238	187	242
Impostos e contribuições sobre salários	2.625	2.913	2.625	2.913
Impostos e contribuições sobre o lucro	3.715	-	6.146	1.777
ISS	138	135	152	157
IRRF	85	156	85	156
PIS e Cofins a recolher	-	476	46	622
Provisão para Pis e Cofins	-	-	2.501	1.182
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	200.744	213.387	200.912	213.539
Total	207.490	217.305	212.654	220.588
Circulante	8.472	23.749	11.127	25.269
Não Circulante	199.018	193.556	201.527	195.319

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 30 de setembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.202.393 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2020) e está dividido em 148.157.764 ações nominativas, sendo 75.577.842 ordinárias e 72.579.922 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2020) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Conforme Reuniões do Conselho de Administração realizadas, foi deliberado o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no período findo em 30 de setembro de 2021.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(20.374)	27.326	(20.594)	27.326
Títulos e valores mobiliários	(20.374)	27.326	(20.594)	27.326
Hedge fluxo de caixa	(4)	(4)	(4)	(4)
Objeto do Hedge	(798)	396	(798)	396
Instrumento do Hedge	794	(400)	794	(400)
Outros	(324)	(927)	(324)	(927)
Efeito Tributário	9.316	(11.878)	9.403	(11.878)
Total	(11.386)	14.517	(11.519)	14.517

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado			
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Adiantamentos a depositantes	5.552	12.012	3.572	8.298
Rendas de empréstimos	101.355	258.260	54.523	197.815
Rendas de financiamentos	19.650	47.128	15.881	61.225
Total	126.557	317.400	73.976	267.338

b) Operações de captação no mercado

	Individual				Consolidado			
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Despesas de depósitos interfinanceiros	447	1.027	365	2.143	447	1.027	365	2.143
Despesas de depósitos a prazo	145.760	438.968	99.813	305.201	145.257	437.823	99.301	302.901
Despesas de operações compromissadas	43.158	76.573	5.642	20.724	43.161	76.576	5.642	20.724
Despesas de operações com TVM no exterior ⁽¹⁾	21	63	21	63	21	63	21	63
Despesas de contribuição ao FGC	3.224	8.539	2.011	5.867	3.224	8.539	2.011	5.867
Despesas com LCA	5.873	13.236	1.626	6.672	5.873	13.236	1.626	6.672
Despesas com LF	7.829	19.474	5.679	14.112	7.829	19.474	5.679	14.112
Despesas com LCI	4.225	7.762	620	3.501	4.225	7.762	620	3.501
Total	210.537	565.642	115.777	358.283	210.037	564.500	115.265	355.983

(1) Contempla variação cambial.

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado			
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	184	582	349	1.366
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	127	381	127	355
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	4.609	9.441	6.616	51.853
Total	4.920	10.404	7.092	53.574

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual				Consolidado			
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Comissão de Fiança	3.231	9.557	3.358	11.248	3.231	9.557	3.358	11.248
Comissão de Intermediação	81	292	1.896	2.196	81	292	2.507	3.419
Rendas de Cobrança	1.204	3.231	973	2.857	1.204	3.231	973	2.857
Rendas com Tarifas	753	2.894	804	1.915	753	2.894	804	1.915
Outras ⁽¹⁾	1.105	1.806	1.409	1.716	2.196	6.526	3.122	6.050
Total	6.374	17.780	8.440	19.932	7.465	22.500	10.764	25.489

(1) Em 30 de setembro de 2021, refere-se, substancialmente, a receitas de prestação de serviços de seguros da Pine Corretora.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



e) Despesas de pessoal

	3T21		30/09/2021		Individual e Consolidado	
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T20	30/09/2020
Proventos	12.416	33.760	10.294	32.498		
Benefícios	3.147	9.240	2.885	9.176		
Encargos sociais	4.920	14.566	4.134	14.106		
Honorários da diretoria	2.246	7.126	2.513	8.339		
Treinamento	22	59	49	86		
Estagiários	230	591	156	538		
Total	22.981	65.342	20.031	64.743		

f) Outras despesas administrativas

	3T21		30/09/2021		Individual		Consolidado	
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Despesas de água, energia e gás	50	190	40	152	50	190	40	152
Despesas com aluguéis	3.548	10.550	3.400	10.230	3.548	10.550	3.400	10.230
Despesas de arrendamento de bens	293	887	306	923	293	887	306	923
Despesas de comunicações	1.516	4.574	1.426	3.853	1.516	4.574	1.426	3.853
Despesas de manutenção e conservação de bens	245	675	181	668	244	675	181	668
Despesas de material	27	77	5	133	27	77	5	133
Despesas de processamento de dados	3.779	10.878	3.025	10.053	3.779	10.878	3.025	10.053
Despesas de relações públicas	429	936	143	836	430	993	155	972
Despesas de seguros	1.345	3.717	1.011	2.968	1.348	3.728	1.017	2.981
Despesas com serviços do sistema financeiro	2.752	8.460	2.404	7.569	2.752	8.463	2.587	7.797
Despesas com serviços de terceiros	205	654	218	881	454	1.369	625	2.169
Despesas com serviços de vigilância e segurança	542	1.607	497	1.821	541	1.963	497	1.821
Despesas com serviços técnicos especializados	4.923	9.802	2.579	6.994	4.994	10.111	2.703	7.433
Despesas de transporte	111	243	41	216	111	243	41	216
Despesas de viagens	120	155	2	93	120	155	2	93
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	2.010	6.490	2.139	12.178	2.010	6.490	2.139	12.178
Despesas de amortização e depreciação	558	1.724	550	1.584	558	1.724	550	1.584
Emolumentos judiciais e cartórios	26	194	49	235	56	310	80	378
Outras despesas administrativas	1.453	3.077	1.058	3.143	1.692	4.107	1.739	4.667
Total	23.932	64.890	19.074	64.530	24.523	67.487	20.518	68.301

g) Despesas tributárias

	3T21		30/09/2021		Individual		Consolidado	
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
ISS	419	1.207	586	1.340	441	1.302	651	1.490
Cofins	-	3.764	1.309	2.258	918	5.945	1.603	3.383
PIS	-	612	213	367	198	1.083	276	608
Outros ⁽¹⁾	31	78	15	125	2.722	6.880	2.362	6.634
Total	450	5.661	2.123	4.090	4.279	15.210	4.892	12.115

(1) Refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da Pine Entre Verdes.

h) Outras receitas operacionais

	3T21		30/09/2021		Individual		Consolidado	
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Recuperação de encargos e despesas	(4)	2	(4)	456	(4)	2	(4)	456
Atualização monetária ativa	327	654	222	911	346	693	250	988
Atualização de créditos judiciais	112	503	23	99	112	503	20	99
Reversão provisão fiança	278	457	163	781	278	457	163	781
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	2.771	7.671	2.934	10.705	2.770	7.671	2.934	10.705
Outras rendas operacionais ⁽¹⁾	101	234	17	87	29.892	62.559	170	843
Total	3.584	9.521	3.355	13.039	33.394	71.885	3.533	13.872

(1) Em 30 de setembro de 2021, refere-se principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da Pine Entre Verdes relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes.

i) Outras despesas operacionais

	3T21		30/09/2021		Individual		Consolidado	
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	3.048	9.647	1.931	8.363	3.048	9.647	1.931	8.363
Despesa de cessão	84	84	14.956	42.954	84	84	14.956	42.954
Provisão de fiança	-	3.282	-	1.368	-	3.282	-	1.368
Outras despesas operacionais ^{(1) (2)}	7.135	22.446	4.140	12.069	34.331	69.750	4.444	11.312
Total	10.267	35.459	21.027	64.754	37.463	82.763	21.331	63.997

(1) No Individual e Consolidado, em 30 de setembro de 2021, refere-se, principalmente, a provisão para Adiantamento sobre Contrato de Câmbio.

(2) No Consolidado, em 30 de setembro de 2021, refere-se, principalmente, a baixa dos direitos sobre o valor geral de vendas (VGV) da Pine Entre Verdes relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes.

j) Resultado não operacional

No período findo em 30 de setembro de 2021, o Resultado não Operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso. Os saldos referentes a despesas com Ativos não Financeiros Mantidos para Venda, foram reclassificados da rubrica "Outras Despesas Administrativas" para "Resultado Não Operacional".

	3T21		30/09/2021		Individual		Consolidado	
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Receitas não operacionais	9.084	35.266	3.719	10.974	10.047	41.900	8.563	38.820
Despesas não operacionais	(1.925)	(9.693)	(3.019)	(5.739)	(3.002)	(17.436)	(8.292)	(58.724)
Total	7.159	25.573	700	5.235	7.045	24.464	271	(19.904)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo):

	3T21		30/09/2021		Individual		Consolidado	
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Lucro líquido/(Prejuízo) antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	5.083	6.834	(17.481)	(46.422)	6.761	11.172	(15.838)	(46.269)
Lucro líquido/(Prejuízo) antes da tributação	5.083	6.834	(17.481)	(46.422)	6.761	11.172	(15.838)	(46.269)
Alíquota vigente (Nota 3.s)	50%	50%	45%	45%	50%	50%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(2.542)	(3.417)	7.867	20.890	(3.381)	(5.586)	7.127	20.821
Diferenças permanentes	138	1.045	(1.622)	15.177	(569)	(992)	(2.527)	15.093
Variação cambial de investimento no exterior	1.713	1.370	537	5.245	1.713	1.370	537	5.245
Alteração da alíquota da CSLL ⁽¹⁾	(704)	(617)	-	-	(704)	(484)	-	-
Outros ajustes	(871)	292	(2.159)	9.932	(1.578)	(1.878)	(3.064)	9.848
Imposto de renda e contribuição social	(2.404)	(2.372)	6.245	36.067	(3.950)	(6.578)	4.600	35.914

(1) A alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A da Lei nº 7.689/88.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10. Além disso, como aspecto contingencial à pandemia do coronavírus (Covid-19), observamos adicionalmente as disposições das Resoluções do Banco Central nº 4.820 de 29 de maio de 2020 e nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020 que estabelecem, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10 e às Resoluções nº 4.820 e nº 4.885.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- b) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Pine de forma imediata quando do pagamento da PLR; e

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de deferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 30 de setembro de 2021, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$2.226 (R\$2.053 em 30 de setembro de 2020) e a despesa no montante de R\$3.198 (R\$7.195 em 30 de setembro de 2020) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado			
	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Remuneração fixa	2.248	7.133	2.512	8.339
Remuneração variável	528	2.226	-	2.053
Benefícios de curto prazo	876	3.397	822	3.386
Total	3.652	12.756	3.334	13.778

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Prazos até	Taxa de juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	30/09/2020
Administradores ⁽¹⁾			4.754	8.393	(195)	(1.189)
Depósitos à vista	Sem vencimento		324	435	-	-
Depósitos a prazo	29/06/2028	100% a 120%	930	6.317	(64)	(162)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	29/05/2023	90% a 100%	390	186	(12)	(31)
Recursos de letras de crédito imobiliário	21/09/2023	91% a 100%	250	135	(2)	(885)
Recursos de letras financeiras	14/06/2028	150%	2.860	1.320	(117)	(111)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			14.047	23.613	(645)	(553)
Operações de crédito	15/02/2022		3.229	-	29	-
Depósitos à vista	Sem vencimento		3	214	-	-
Depósitos a prazo	18/02/2028	98% a 120%	1.851	15.988	(130)	(72)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	05/06/2023	96% a 100%	232	321	(7)	(6)
Recursos de letras de crédito imobiliário	19/09/2023	97,5% a 100%	529	163	(11)	(7)
Recursos de letras financeiras	14/06/2028	150%	8.203	6.927	(526)	(468)
Empresas ligadas			67.641	73.661	(492)	(496)
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			-	1	1	3
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			-	3	3	(1)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.			-	1	1	3
Pine Corretora de Seguros Ltda.			2	8	6	12
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Sem vencimento		132	-	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Sem vencimento		24.862	164	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Sem vencimento		86	219	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Sem vencimento		9	19	-	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	Sem vencimento		1.876	5.209	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	-	99%	-	13.368	-	(239)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	15/12/2023	99%	1.012	1.059	(12)	(6)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	29/11/2023	99%	177	174	(2)	(1)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	99%	-	17.759	-	(126)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	09/09/2024	99%	5.459	5.072	(81)	(40)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	15/05/2023	99%	301	624	(4)	(4)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	01/04/2024	99%	33.725	29.981	(404)	(97)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	30/09/2021					Total
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.291.394	1,78	1.291.394	0,87
Administradores	-	-	463.762	0,64	463.762	0,31
Total	75.577.842	100,00	16.915.558	23,31	92.493.400	62,42

Acionistas	31/12/2020					Total
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.559.894	2,15	1.559.894	1,05
Administradores	-	-	2.206.392	3,04	2.206.392	1,49
Total	75.577.842	100,00	18.926.588	26,08	94.504.430	63,78

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/16.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	2	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	302.625	172	371.697	503
Outras Fianças Bancárias	53.111	7.384	47.545	4.230
Total	359.146	7.558	419.242	4.733

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral

O Pine tem como forte diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, onde possui a sua estrutura integrada de gerenciamento de riscos e capital, sendo sustentada por comitês que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de controle de risco estão em constante aprimoramento, buscando identificar e limitar perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, sempre mantendo altos padrões de credibilidade e segurança na governança corporativa.

Os níveis aceitáveis de apetite a riscos atende os objetivos da Administração alinhados com requerimentos regulatórios e compreende os níveis de tolerância definidos nos indicadores de limites e alertas. A estrutura de gerenciamento de riscos é definida pelo Conselho de Administração, onde as funções são subsidiadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital nas atribuições de aprovação dos fatores, indicadores e montantes de limites e alertas.

A estrutura de Gestão de Riscos do Banco Pine contemplou os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas em caso de inadimplência total ou parcial dos clientes, ou das contrapartes, no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Pine. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Nossa exposição ao risco de crédito está relacionada em sua maior parte à aplicação de recursos financeiros na forma de empréstimos, adiantamentos, repasses e outros produtos tradicionais de crédito, seja em moeda local ou estrangeira; à exposição a títulos de emissão privada; à prestação de garantias e coobrigações e aos recebíveis oriundos de operações de derivativos de balcão com clientes.

Gerenciamento do risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas ao:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo monitoramento, análises de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

c) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - Asset and liability committee e da Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes e limites neste comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - Asset and liability committee):

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (funding gap);
 - Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;
- Mensalmete (ALCO - Asset and liability committee):
- Projeção de cenários de estresse de liquidez: moderado e extremo;
 - Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
 - Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - Asset and liability committee e da Administração.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão compreendidas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - Asset and liability committee);
- Área ALM na Tesouraria;
- Área de Gestão de Riscos.

d) Risco de mercado e IRRBB

Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Pine.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

O IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) pode ser definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Pine vis a vis o apetite ao risco definido pelo Comitê de Tesouraria e aprovado pelo Conselho de Administração.

A área de gestão de risco de mercado efetua diariamente o cálculo do Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Pine.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo Comitê de Tesouraria.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Pine, bem como o atendimento da regulamentação em vigor.

Metodologias

Valor de mercado:

O objetivo da marcação a valor de mercado (MtM) é tornar o apuração dos ativos e passivos contidos nas carteiras trading e banking do Pine o mais transparente possível, visando as análises aos fatores de riscos de mercado e a proteção patrimonial dos acionistas.

Value at risk – VaR (Valor em risco):

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Pine. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Bacen, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

Análises:

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de sensibilidade aos fatores de risco

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

Análise de estresse

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Pine para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

Riscos

Risco de taxa de juros: surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

Risco de moedas: é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Pine, posições são monitoradas diariamente e estratégias de hedge são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

Risco de preço de ações: é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

Risco de Commodities: é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

Exposição ao Risco

Carteiras mantidas para negociação

Essa carteira é composta somente por operações em negociação (trading) do Pine transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a hedge da referida carteira.

Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Pine referente aos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela regulamentação em vigor.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 30 de setembro de 2021:

		Análise de Sensibilidade		
		30/09/2021		
Fator de Risco	Exposição	Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	173.473	10.260.178	20.520.356
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(3.533.622)	449.237	898.474
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(11.307)	(120.065)	(240.131)
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	410.624	3.037.554	6.075.107
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	13.222	102.250	204.501
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(26)	76	152
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(1)	(4.388)	(8.776)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(52.474)	(76.066)	(152.133)
Total (soma não correlacionada)*		(4.199.676)	(13.392.356)	(26.784.712)
Total (soma correlacionada)**		(3.000.110)	13.648.775	27.297.551

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário I - Provável Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 30 de setembro de 2021 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	8,99%	1,73%	9,14%
Índice de Preços (IPCA)	3,10%	5,36%	3,27%
Taxa TJLP (TJLP)	3,85%	0,72%	3,87%
Taxa Referencial (TR)	7,94%	0,96%	8,02%
Taxa de Cupom de Dólar	0,89%	0,57%	0,89%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	0,09%	0,86%	0,09%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,73%	0,00%	1,73%
Cesta de Moedas	5,44	13,73%	6,19

Cenário II - Possível Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	8,99%	25%	11,23%
Índice de Preços (IPCA)	3,10%	25%	3,88%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	3,85%	25%	4,81%
Taxa Referencial (TR)	7,94%	25%	9,93%
Taxa de Cupom de Dólar	0,89%	25%	1,11%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	0,09%	25%	0,11%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,73%	25%	2,16%
Cesta de Moedas	5,44	25%	6,80

Cenário III - Remoto Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	8,99%	50%	13,48%
Índice de Preços (IPCA)	3,10%	50%	4,65%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	3,85%	50%	5,77%
Taxa Referencial (TR)	7,94%	50%	11,91%
Taxa de Cupom de Dólar	0,89%	50%	1,33%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	0,09%	50%	0,13%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,73%	50%	2,59%
Cesta de Moedas	5,44	50%	8,16

e) Risco socioambiental

O Pine atua com responsabilidade social em todos os negócios realizados, agindo sempre de maneira ética e transparente em todas as suas esferas, para assim contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade e zelar para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável.

Dado que os principais impactos socioambientais recaem sobre o core business do Pine - na concessão de crédito corporativo - é essencial visar a responsabilidade socioambiental como um dos critérios de aprovação da linha. Isso possibilita o Pine a trabalhar com organismos multilaterais focados no desenvolvimento socioambiental.

Nesse cenário, o Pine possui uma atuação 100% responsável ao trabalhar com linhas de crédito aprovadas por organismos multilaterais que impõem uma série de compromissos socioambientais em suas operações. Alinhado a esses organismos e seus princípios, o Pine conta com uma Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA") que determina os aspectos a serem observados na gestão da operação do Pine e no relacionamento com sua cadeia de valor.

Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA")

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição.

Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente.

Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)	
--	---

f) Risco operacional Definição O Pine define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380/06. Nessa definição inclui o risco legal, decorrente da possibilidade de ocorrer perdas em virtude de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, incluindo alterações retroativas, decisões judiciais e acordos favoráveis e a sanções decorrentes de descumprimento de dispositivos legais, bem como a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.
--

Gestão de risco operacional A transparência sobre os riscos e a preocupação em mitigá-los com controles internos eficientes e adequados é de conhecimento de todos os níveis hierárquicos, nossa governança é estruturada de forma a contemplar a discussão de riscos relevantes em Comitês e fóruns apropriados o que permite o gerenciamento proativo e o resguardo de recursos, minimizando o risco de perdas de alta severidade, mesmo que de baixa ou nenhuma frequência. Desta forma, é entendido pelo Pine que o gerenciamento do risco operacional cria valor para os acionistas ao reduzir o risco quando evita ou diminui as perdas, tornando os processos mais eficientes, permitindo respostas rápidas a contingências, eliminando ou reduzindo riscos, melhorando o desempenho do negócio e alinhando o retorno financeiro à estratégia da instituição.

g) Índice de Basileia O Pine, em 30 de setembro de 2021, atingiu o índice de 10,54% (11,67% em 31 de dezembro de 2020), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'.
--

h) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3 O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.
--

i) Índice de Imobilização De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 30 de setembro de 2021, o índice de imobilização foi de 19,65% (17,35% em 31 de dezembro de 2020).

j) Outros riscos - Ambiente de tecnologia da informação Os negócios do Pine dependem da capacidade computacional do ambiente tecnológico. Reconhecemos que nossa competitividade também está pautada no funcionamento adequado de nosso controle financeiro, gestão de riscos, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados, e por isso priorizamos nossa resiliência por meio de soluções sistêmicas e tecnológicas que podem mitigar os impactos causados e falhas no ambiente. Operamos com políticas conservadoras de armazenamento e segurança dos dados que viabilizam sua rápida recuperação, optamos por manter os sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real no site de contingência. Entendemos que qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, podem ter efeito adverso relevante sobre nosso negócio.
--

Continuamente investimos em melhorias constantes em nosso ambiente tecnológico. Como amostra deste cenário o Pine busca inovar seguindo as tendências tecnológicas do mercado, investir na automatização contínua dos processos críticos, na reformulação sistêmica para integração dos processos internos visando mais sinergia e agilidade. Tecnologia da informação tem importância estratégica para o nosso negócio, desta forma investimos em capacidade intelectual bem como nas mais modernas soluções seguras e disruptivas.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 30 de setembro de 2021, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	30/09/2021		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	25.000	1.124
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	26.664	322

Em 30 de setembro de 2021, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de setembro de 2021, é demonstrada conforme abaixo:
--

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	134
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.090
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro garantia	Judicial para Execução Fiscal	324.977

b) Leasing operacional O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens".

c) Valor justo de instrumentos financeiros Apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período.

	30/09/2021		31/12/2020	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	78.245	78.245	75.342	75.342
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	8.715.384	8.171.746	7.504.578	7.514.922
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.350.133	3.298.869	3.020.674	2.958.600
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	674.636	666.510	667.410	675.038
Total de ativos financeiros	12.818.398	12.215.570	11.268.004	11.223.902
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	116.150	116.150	168.487	168.487
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	538.971	538.971	531.994	531.994
Depósitos a prazo ^(v)	5.889.749	6.383.619	5.507.151	6.573.523
Captação no mercado aberto ⁽ⁱⁱ⁾	3.858.834	3.858.834	2.010.735	2.010.735
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(v)	723.933	735.612	535.950	535.175
Obrigações por empréstimos e repasses ^(v)	50.211	35.040	61.764	41.756
Dívida subordinada ^(v)	202.340	202.340	142.435	142.435
Total de passivos financeiros	11.380.188	11.870.566	8.958.516	10.004.105

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
- iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Segmentos operacionais

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e Pine Securities, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica. O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263 de 24/02/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

f) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 30 de setembro de 2021, efetuamos a reclassificação de R\$33.445 para curto prazo (R\$36.395 em 31 de dezembro de 2020).

g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

h) Resultado recorrente e não recorrente

Segregação dos resultados recorrentes e não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20:

	3T21	30/09/2021	3T20	30/09/2020
Lucro líquido (Prejuízo) do período	2.811	4.594	(11.238)	(10.355)
Eventos não recorrentes (líquido dos efeitos tributários)	-	-	46	1.902
Outras despesas administrativas ⁽¹⁾	-	-	46	1.902
Lucro líquido (Prejuízo) recorrente do período	2.811	4.594	(11.192)	(8.453)

(1) Sentenças judiciais sobre retomada de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda.

26. OUTROS ASSUNTOS

a) Impactos da pandemia do COVID-19

Dada a continuidade da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19), o Pine segue monitorando os efeitos que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Dando continuidade às medidas adotadas em 2020, o Pine segue atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores. O Pine manteve suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Com o avanço da vacinação no país e acompanhamento do andamento da vacinação dos funcionários, foi possível realizar um plano de retomada gradual ao trabalho presencial. A adaptação do Pine na crise é resultado não apenas dos investimentos em tecnologia, que permite essas interações virtuais, mas também dos investimentos em flexibilidade no ambiente de trabalho, como o home office, as comunidades integradas entre diferentes áreas do banco e novos layouts na sede administrativa que promove a mobilidade dos colaboradores. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) adoção do modelo híbrido de trabalho através da manutenção do trabalho em home office combinado com o trabalho presencial, sendo este limitado a 50% da capacidade da infraestrutura local do Banco controlado através de um sistema de agendamento e check-in, (b) a definição de protocolo de acompanhamento junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19, e (c) estabelecimento de um processo de comunicação e transparência com os colaboradores por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos periódicos feitos pelo RH comunicando novidades referentes à COVID-19. Cabe destacar que apesar das medidas mencionadas, o Banco Pine mantém suas atividades operacionais, com agilidade e flexibilidade nos canais de atendimento, assim como o monitoramento da qualidade de crédito e da situação financeira dos clientes.

O Pine continua capturando oportunidades e avançando no planejamento estratégico, sempre pautado nos modelos de riscos que ajudaram a elevar as margens e controlar a qualidade dos ativos. O denotado reaquecimento da atividade econômica após o período mais crítico da pandemia resultou no contínuo crescimento da originação de crédito no terceiro trimestre, com destaque para o aumento em produtos atrelados a operações de capital de giro e trade finance. Além disso, a mudança na composição do mix de produtos em 2021 refletiu nos prazos de produção de crédito, aumentando os recebíveis de curto prazo pela companhia.

O Pine continua com o monitoramento constante dos limites operacionais e de apetite a riscos, e para mais informações sobre os resultados do Banco, consulte o relatório gerencial do primeiro semestre disponível no site de Relações com Investidores www.ri.pine.com.

b) Operação de Swap

O Conselho de Administração do Pine, em reunião realizada no dia 21 de janeiro de 2021, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return equity swap* – “TRS”) com liquidação financeira (“Operação”), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço (“hedge”). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15. A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4, no contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN nº 3.921, em Reais com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação TRS com liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de swap não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa.

Os contratos de swap foram realizados e em maio de 2021 foi concluída a celebração dos contratos mencionados. Não foram identificados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30 de setembro de 2021.

A DIRETORIA

CONTADORA
 Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.
CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
4º andar | São Paulo – Brasil



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

BANCO PINE S.A.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO



30/09/2021						
Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade do Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Administradores	-	0,00	1.755.156	2,42	1.755.156	1,18
Conselho de Administração	-	0,00	1.291.394	1,78	1.291.394	0,87
Diretoria	-	0,00	463.762	0,64	463.762	0,31
Outros Acionistas	-	0,00	55.664.364	76,69	55.664.364	37,57
Total	75.577.842	100,00	72.579.922	100,00	148.157.764	100,00
Ações em Circulação			55.664.364	76,69	55.664.364	37,57

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Banco Pine S.A.
Informações Trimestrais (ITR) em
30 de setembro de 2021
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Pine S.A. ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de novembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Instituição, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Intermediárias, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

São Paulo, 08 de novembro de 2021.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez

Carlos Eduardo Tyba

Rodrigo Esteves Pinheiro

Sergio Luís Patrício

Marcelo Camargo

Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo

Jailton Marcio Donasan

Renata Leme Borges dos Santos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Instituição, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Intermediárias, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras Intermediárias"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 08 de novembro de 2021.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez

Carlos Eduardo Tyba

Rodrigo Esteves Pinheiro

Sergio Luís Patrício

Marcelo Camargo

Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo

Jailton Marcio Donasan

Renata Leme Borges dos Santos